

RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA NO SISTEMA CAPITALISTA

JORGE MITRE

Tese de Mestrado a ser apresentada na UNICAMP, na primeira  
quinzena de abril.

Orientador:

Prof. Dr. Michel Debrun

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio M.S. Pinheiro

Prof. Dr. Décio Azevedo M. de Saes

Prof. Dr. Michel Debrun

## Prefácio

A idéia original deste trabalho surgiu-nos durante o terceiro ano (1969) do curso de graduação que realizamos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. A realização de um trabalho abrangendo algumas das concepções clássicas do capitalismo (Max Weber, Werner Sombart e Karl Marx) foi o motivo que nos levou no ano seguinte, sob a orientação do Prof. José Albertino Rodrigues a preparar um projeto de pesquisa, que seria encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em nível de iniciação científica. Esse encaminhamento não foi possível em parte por causa das datas fixadas pela FAPESP para concessão de bolsas e também pela impossibilidade de continuidade desses estudos na Faculdade de Rio Claro que estava ligada a outros assuntos em matéria de pesquisa. Não obstante, foi com o Prof. José Albertino Rodrigues que discutimos os primeiros esboços do projeto de pesquisa e dele recebemos os primeiros estímulos para a realização do trabalho.

No final de 1971, procuramos o Professor Michel Debrun que concordou em orientar-nos no mesmo projeto de pesquisa. Enviado à FAPESP esta concedeu-nos valiosa bolsa de estudos em nível de mestrado, interrompida no quinto mês em função de nossa contratação pela UNICAMP. O auxílio da FAPESP foi realmente inestimável. Antes que essa bolsa nos provesse de meios para o trabalho, o Prof. Michel Debrun auxiliou-nos com o seu próprio bolso; não mediu esforços materiais e intelectuais para o encaminhamento de nosso trabalho. O Prof. Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro colaborou no mesmo sentido. Sou grato ainda ao Prof. André M. P. Villalobos pelas sugestões - quanto à forma e precisão de certos termos - que fez sobre a parte II; ao Prof. Roberto Gambini que se dispôs a ler parte do trabalho, fazendo diversas sugestões, não obstante o fato de estar bastante atarefado.

Iniciado o trabalho percebemos que estava se revelan-

do mais amplo do que imaginávamos. Como o projeto estava ligado à defesa de tese de mestrado, acabamos por limitar a pesquisa a um autor, Marx, o primeiro em ordem cronológica, deixando para um próximo trabalho, com menores limitações de espaço, o pensamento de Max Weber e Werner Sombart, sem eliminar a possibilidade de tratá-los globalmente e de forma mais ampla do que a que ora realizamos, isto é, como havíamos concebido originalmente.

O trabalho que segue apresenta inicialmente alguns dos fatos históricos que levaram ao surgimento do capitalismo (parte I); depois uma teoria explicativa desse fenômeno (parte II); e, finalmente, nossa própria apreciação crítica (parte III).

UNICAMP, Janeiro de 1974

Jorge Mitre

## I

O capitalismo tem sido visto de diferentes maneiras por economistas e historiadores. Essa diferença não decorre apenas do fato de serem disciplinas diferentes, mas também do fato de que tais cientistas vêem o sistema capitalista em bases diferentes (1). Isso acontece tanto nas questões de fato como nas questões de interpretação (de teoria) dos mesmos. No primeiro caso as divergências decorrem das pesquisas em diferentes regiões geográficas: um historiador está mais ligado às cidades italianas, outro à Flandres, um outro ainda à Inglaterra (2). No segundo as divergências provêm de orientações teóricas e políticas, isto é, alguns autores visam sobretudo a exploração de uns homens por outros existente na sociedade; outros preocupam-se fundamentalmente com o funcionamento dos mecanismos de mercado, com a perfeição da lei de oferta e procura em cuja otimização vêm a solução dos problemas sociais, etc. Ainda uma outra diferença significativa é que certos cientistas estão preocupados com a alteração da sociedade, outros apenas com seu estudo "objetivo". Finalmente, há aqueles que adotam esses dois objetivos quer separando-os em momentos distintos ou unindo-os de forma indissolúvel.

Se falamos sobre fatos e teorias é porque são os dois pontos de referência elementares da ciência. Esta efetivamente se constitui quando começa a teorizar, a produzir conceitos, a

generalizar. Estas generalizações, conceitos e teorias serão tanto mais válidos quanto maior número de fatos sejam capazes de explicar. Não é nosso propósito alongarmo-nos demais nessa introdução, com considerações desse gênero. Não obstante, convém ainda notar sobre esse assunto que na pior hipótese do relacionamento da teoria com a realidade empírica, isto é, nas ciências que não comportam experimentação (as sociais, por exemplo) deve haver adequação do pensamento, da teoria em relação a realidade empírica (3). A ciência existe em função do real, numa relação de descobridor e realidade a ser desvendada. Ela é inútil quando não busca nele os elementos de sua razão de ser, isto é, quando não procura através de sua atividade conhecer melhor a realidade e indicar os melhores caminhos para que o homem consiga um mundo por ele desejado.

Sendo nosso objeto de estudo fundamentalmente teórico ~~o que pensa Marx a respeito do sistema capitalista~~ convi-ria situar brevemente a matéria prima à qual o autor se refere e sobre a qual teoriza, destacando seus aspectos principais. A ciência que se propõe o "conhecimento concreto de um objeto concreto: determinada formação social em determinada conjuntura ou na dialética das conjunturas que cobrem todo um período" (4) é a História. Vamos, portanto, utilizar a História para alguns dados primários sobre o tema.

Pretendemos com isso mostrar alguns fatos simples. Em primeiro lugar desejamos mostrar que as sociedades alteram-se, modificam-se ao longo do tempo. É evidente que até hoje, excluindo-se a hipotética construção de Engels e Morgan para a sociedade "primitiva" todas as sociedades que existiram até hoje podem ser divididas do ponto de vista político em dois grupos fundamentais: dirigentes e dirigidos. Sob esse aspecto evidentemente pouco ou nada se tem alterado (exceção feita a alguns países que tem tentado a transição à uma sociedade igualitária, até agora incompleta) em toda a história conhecida. Se, pelo contrário examinarmos um pouco mais a fundo vamos observar que as relações de dominação, embora tenham existido sempre, não têm sido as mesmas para todas as épocas; que os grupos sociais dominantes têm variado, têm se substituído uns aos outros ao

longo do tempo; que os instrumentos da dominação modificam-se de igual modo; que os modos de produção da subsistência e a diferenciação de funções têm tido amplitudes cada vez maiores; etc. É isso o que nos interessa: o desenvolvimento da sociedade através da inter-relação dos seus diferentes grupos sociais, motivada, fundamentalmente, tanto por essa própria inter-relação como pelas alterações que se processam coetaneamente no modo de subsistência dessa sociedade. Em segundo lugar interessamos o desenvolvimento progressivo dos principais fatores que levaram a uma nova organização da sociedade, ou seja, que levaram à forma de organização capitalista da sociedade. Teremos em mente, no que segue, sobretudo as alterações verificadas na Europa Ocidental, berço do capitalismo.

O movimento de transformação de que falamos é visto pelo historiador belga H. Pirenne, para todo o período que considera capitalista da seguinte forma:

"Observo que en cada período en que se puede dividir la historia económica existe una clase particular y distinta de capitalistas; o, en otras palabras, el grupo de los capitalistas de una época dada no tiene origen en el grupo de capitalistas de la época precedente. En efecto, a cada cambio de la organización del sistema económico, encontramos una ruptura en la continuidad de la clase de los capitalistas, porque los capitalistas activos hasta aquel momento se reconocen incapaces de adaptar-se a las condiciones determinadas por necesidades hasta entonces desconocidas, que requieren instrumentos todavía no experimentados. Estos se retiran entonces de la lucha y se convierten en una especie de aristocracia, que si bien tiene su papel, lo desempeña solamente de una manera pasiva. En su lugar surgen hombres nuevos, valientes y de empresa, que audazmente se dejan llevar por la corriente y saben como explotar la hasta el día en que esta cambia y en que ellos, desconcertados, cedem a su vez y son superados por nuevos navegantes dotados de energia fresca. (...) existen tantas clases capitalistas como épocas en la historia económica. Y la historia económica no se presenta al ojo del observador como un plano inclinado, sino como una escalera, en la que cada peldano se levanta

ta bruscamente respecto al precedente" (5). Apesar desse movimento ser constante na história econômica o capitalismo só sur girá para Pirenne em torno do primeiro milênio da era cristã. Já no século IX podemos notar os sintomas de um período de livre expansão capitalista.

Pirenne explica por um lado as fases do capitalismo, como veremos rapidamente a seguir e também, por outro lado, o surgimento das classes, que veremos mais adiante. O primeiro capitalismo é um "capitalismo sôbre bases colectivas, en el que obram grupos y no indivíduos singulares" (6). É a época da formação das grandes caravanas comerciais, das feiras, das cidades, em resumo é o primeiro surto comercial medieval. Os descendentes desses indivíduos, deixam no início do século XIII, o comércio e passam a viver de rendas das suas propriedades urbanas; alguns unem-se, através de casamentos, à pequena nobreza. Com essa alteração acentua-se o caráter industrial das cidades, onde passa a concentrar-se o capital. O artesanato campestre imigra em massa dedicando-se sobretudo a atividades metalúrgicas e têxteis. Aparecem os instrumentos de crédito, desenvolve-se o tráfico de dinheiro que esteve em decadência desde a época de Carlos Magno.

Neste período as cidades gozam de plena autonomia. A estabilização deste desenvolvimento econômico segue-se um protecionismo urbano: proíbe-se a importação de produtos concorrentes, impõem-se taxas, tutelam de forma geral seus cidadãos. Isso acontece mais ainda nas cidades que passaram das mãos da nobreza para as associações de ofícios, uma vez que os príncipes tinham interesses na introdução de novas atividades que lhes aumentassem a renda proveniente de impostos (7).

Essa situação determina, por um lado, maior exercício do crédito, e por outro a exploração dos artesãos que em alguns casos chegam a ser reduzidos à servidão (8). Com estes dois fatores vai progressivamente se desenvolvendo uma segunda categoria de capitalistas: cortesãos, financeiros e comerciantes. Essa nova classe de capitalistas começa a declinar por volta do século XV. De início os progressos da navegação, a formação das grandes monarquias, minaram a situação que possibilitava a predominância econômica dessa classe. Posteriormente

te o ouro do Novo Mundo, as guerras que favoreceram especulações de qualquer espécie, os progressos intelectuais do Renascimento, o individualismo, sacodem de vez a vida econômica. Os indivíduos representativos dessa nova fase são, por exemplo, os Fuggres, que não descendem dos homens de negócios da era precedente. Essa época não dura muito. Seu período áureo foi o século XVI. O mercantilismo intromete-se, nos dois séculos que seguem, no comércio e na indústria e uma vez mais temos um período de regulamentação em que o bem público (estatal) é colocado acima das demais virtudes econômicas. Desta época aos nossos dias o Estado, nesse período definitivamente fortalecido, aparece como a autoridade máxima para todos os aspectos da vida social.

Depois da época mercantilista o fator mais importante de transformação social foi a Revolução Industrial. A sociedade é radicalmente alterada pelas invenções mecânicas, pelo uso do vapor na indústria, etc.. Os anteriores donos do capital transformam-se em aristocratas. "De todas las grandes empresas que dieron ímpetu a las industrias modernas de la metalurgia, del hilado y tejido de la lana, del lino y del algodón, casi ninguna estuvo ligada a los "stablishements" existentes antes de fines del siglo XVIII. De nuevo, encontramos hombres nuevos..." (9). O credo dos homens de negócios volta a ser individualismo, o liberalismo, expresso no lema laissez faire, laissez passer. Esse credo permite ao capitalista agir como bem entender numa competição ilimitada. O resultado é uma pressão tão grande sobre os trabalhadores que sua resistência tende a assumir a forma da doutrina socialista segundo Pirenne (10).

Desta forma, "el desarrollo del capitalismo no es un movimiento que haya tenido lugar linealmente, sino que por el contrario, ha sido signado por una serie de impulsos no continuos entre si, sino interrumpidos por los momentos de crisis. (...) Cada clase de capitalistas está inicialmente animada por un espíritu claramente progressista e inovador, pero se vuelve conservadora a medida que sus actividades se regularizam" (11).

Pirenne nos mostra com suas pesquisas documentadas - e no momento pouco importa se aceitamos ou não seu esquema evo



lutivo ou a existência do capitalismo no século XI - as alterações que se processaram na existência dos principais grupos sociais na história da sociedade ocidental. Pesquisa também a origem de certas classes especialmente aquelas que provocaram a mudança da sociedade, como os mercadores e a burguesia, por exemplo. O primeiro grupo de capitalistas - os mercadores, como os chama - surgiram no século IX. São indivíduos desenraizados, "homens desprovidos de terra e que viviam, por assim dizer, à margem de uma sociedade em que somente a terra garantia a existência" (12). O exemplo individual clássico, tido por Pirenne em conta de significativo para muitos outros indivíduos dessa época, é o de Goderico de Finchal (13). A população formada por esses indivíduos passa a constituir os novos burgos, ou seja, as aglomerações comerciais estabelecidas em torno das velhas cidades. O estabelecimento dos mercadores nas cidades acarreta, com o progressivo aumento do comércio, a necessidade de pessoal para transporte, confecção de veículos, barcos, em suma dos instrumentos necessários à prática do comércio. Assim "o próprio comércio suscitava a indústria" (14). A relação entre os homens nesse período, que corresponde à segunda fase, é claramente caracterizada, segundo Pirenne, pela exploração do trabalho. Os pobres que afluem em grande número para as cidades - devido ao aumento de população, liberta dos saques saracenos (15) - vão competir entre si, dando ensejo a que os mercadores lhes paguem salários muito baixos. Já aqui surgem os primeiros conflitos sociais que prefiguram uma nova época, resultantes das alterações das relações de produção, conhecidos no campo com o nome de jaqueria (16), que demonstram cabalmente que "a oposição do capital e do trabalho revela-se tão antiga quanto a formação da burguesia" (17). Essa oposição é concomitante àquela que se passa a observar entre o campo e a cidade.

A última classe de capitalistas anteriores à revolução industrial começa a formar-se por volta do século XIV, quando os gastos públicos - exército e administração entre outros - permitem a capitalistas de todo naipe aproveitarem-se da situação como fornecedores, financiadores, etc.. Desta forma ve-

mos que a aliança entre os príncipes e capitalistas em uma relação que pode ser descrita mais ou menos como a de uma mão lavando a outra: capitalistas emprestam dinheiro e fornecem materiais aos príncipes, e estes abrem aos primeiros as portas do comércio e indústria (18). Os príncipes tiveram interesse em auxiliar o desenvolvimento da burguesia urbana contra os senhores feudais porque assim fortaleciam seu poder, que era também o poder do Estado nacional (19). Este desempenhará o papel principal na política mercantilista que se segue, e que no fundo é o protecionismo urbano estendido à escala nacional. Através de impostos, empréstimos públicos, empreendimentos diretos, administrações militares e financeiras, etc., o Estado não apenas se reforçou, como também estimulou o capitalismo (20).

O objeto do comércio durante o renascimento comercial medieval, do século IX ao século XI, tem sua origem em compra e venda de bufarinhas em geral e de tecidos. Com as cruzadas, que restabeleceram no século XI e XII o comércio com portos da África e do Levante, as especiarias passam a ocupar o papel principal, papel esse que se mantém até o final da Idade Média. O século XV, final da Idade Média, é um período em que há baixa considerável dos negócios, em grande parte devido à diminuição dos meios de pagamento. Há conseqüentemente uma contração das trocas e da produção. Em compensação "as dificuldades da économia estimulam as pesquisas" (21). Isso acontece de modo especial com respeito à navegação marítima. Nesse sentido a expansão ultramarina portuguesa, que vai num crescendo após a tomada de Ceuta em 1415 até a descoberta do caminho marítimo para as Índias e do Novo Mundo (22) vai provocar, a partir do final do século, transformações profundas na vida européia em geral, começando pelo comércio, que torna-se mundial. Essa "Revolução Geográfica" determina uma transformação geral do comércio (23) que é implementada pela entrada de metais preciosos do Novo Mundo. Esses dois fatos dão ao século XVI, aos seus "movimentos globais", "características de alto capitalismo" (24). O ouro e prata que da América fluem para a Espanha já no início do século XVI, da mesma forma que o ouro português, descoberto quase um século mais tarde, não para nesses dois países.

As compras espanholas de vinho, trigo, pólvora, canhões, e outros produtos da França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Países-Baixos, e a operação de banqueiros e artesões de alguns desses países espalharam esse ouro por toda a Europa. O ouro português foi carregado sobretudo para a Inglaterra. Teve, segundo Furtado, o efeito positivo de concentrar-se "no país que melhor aparelhado estava para dele tirar o máximo proveito"(25).

Esse aumento dos meios de pagamento (que causando alta dos preços ocasionou certas dificuldades financeiras e perturbações sociais, sendo por isso visto pelos contemporâneos como um mal) "era necessário ao aumento das trocas e, portanto, à produção" (26). Há um estímulo da atividade econômica europeia provocado especialmente pela procura, por parte de Portugal e Espanha, dos produtos do resto da Europa. Esse fato "acentuou a transformação dos modos de produção" (27). Propiciou um grande incentivo à manufatura, transformando-a de uma atividade caseira em atividade de fábrica.

O afluxo de metais, que se prolonga até o século XVIII, tem enorme importância na acumulação do capital: a riqueza pode ser armazenada para uso subsequente. Desenvolvem-se com ele os já existentes sistemas bancários, de crédito (que reforçam por sua vez a acumulação), as sociedades por ações, etc., instrumentos essenciais ao novo mundo econômico.

Ao lado desses aspectos materiais de transformação da sociedade europeia temos também que levar em consideração as modificações concomitantes de mentalidade. Já foi notado, por Durkheim, o aspecto coercitivo da sociedade (dos "fatos sociais") em relação aos seus membros (aos indivíduos). Quanto mais estável a sociedade maior o grau de coerção, coerção essa que se apresenta, como a estamos vendo agora, de forma tácita, através da aprovação-reprovação pelos demais membros da sociedade e não diretamente da polícia, da ação individual. Desta forma, um indivíduo raramente desobedece aos padrões correntes de sua época. Isso ocorre em proporção direta à estabilidade da sociedade em questão. Quando desobedece, o faz correndo o risco de Sócrates, Abelardo e Heloisa, Giordano Bruno, Galileu, etc.. O grau dessa coerção diminui ou aumenta conforme o ritmo da transformação, da mobilidade social e do crescimento ou di-

minuição da população (28). A medida que esses fatores se apresentam, os antigos valores vão perdendo a sua razão de ser, uma vez que a realidade social que está sendo vivida está se alterando. A descrição que fizemos da sociedade européia a partir do segundo milênio da era cristã nos mostra que esses três fatores estão presentes em grau crescente. O aumento da população na Idade Média, sobre o qual já falamos, gerou um grupo de indivíduos para os quais a sociedade feudal não tinha lugar. Tinha, portanto, que buscar seus meios de subsistência em algum lugar não ocupado por qualquer outro grupo. Tais meios foram criados através do comércio. Esse fato provocou uma mudança qualitativa na população que estava se tornando marginal: um novo tipo de vida requer uma nova mentalidade, uma mentalidade até então inexistente, uma vez que não havia anteriormente as condições objetivas sobre as quais se apoiar. Essa nova mentalidade é o fator ideológico que vai cimentando progressivamente, que vai, melhor dizendo, legitimando a atividade comercial e que, ao mesmo tempo, vai possibilitar a entrada de novos indivíduos no setor. Aquela atividade que era rejeitada pela ética medieval - e que pode ser observada no conflito interior de muitos indivíduos que depois de terem fortuna, arrependeram-se e entregaram seus bens à Igreja ou aos pobres - vai adquirindo um estatuto legal próprio. Isso não acontece evidentemente sem lutas e disputas (29). Mas não importa, o que vale é que a burguesia nascente cria seu próprio universo ideológico. Nos locais onde se estabelece - nas cidades - não aceita outra jurisdição que não a sua, com magistrados eleitos por ela mesma. Não que em seu "programa político" procure negar os privilégios da nobreza, do clero ou dos príncipes: quer apenas determinadas concepções: liberdade de movimento do mercador; abolição de impostos incompatíveis com a atividade comercial; tribunais especiais; paz e segurança para o comércio: certa autonomia política (30), em resumo, quer ter direitos a uma nova forma de se conduzir na vida. Estão assim criadas novas formas de ser e pensar, e mais, progressivamente asseguradas por um direito próprio. Não se pode no comércio ter a mentalidade de um camponês, de um nobre ou de um bispo (daquela época). A

transformação ética, necessária, opera-se em pequena parte da população e vai assumindo proporções crescentes à medida que esta é capaz de acenar diante de todos a bandeira de um novo tipo de vida: mais colorida com os tecidos de Flandres e mais gostosa com as especiarias.

O comércio possui suas próprias virtudes, valores e formas de pensamento, necessárias para o seu exercício. O comerciante não é o bispo ou o nobre, pai de todas as almas e de todos os homens. Ve-os como entidades com as quais se relaciona através do que vende. Não há mais para o mercador, uma relação estabelecida para todo o sempre, conforme prescrição divina, mas segundo os objetos que compra e vende, segundo suas necessidades comerciais. Diz Bloch sobre esse burguês que "essentielllement il vit d'échanges. Il tire sa subsistance de l'écart entre le prix d'achat et le prix de vente ou entre le capital prêté et la valeur du remboursement. Et comme la légitimité de ce profit intermédiaire, des qu'il ne s'agit pas d'un simple salaire d'ouvrier ou de transporteur, est niée par des théologiens et que les milieux chevaleresques en comprennent mal la nature, son code de conduite se trouve ainsi en flagrante antagonisme avec les morales ambiantes" (31).

Esse novo "code de conduite" que vai se formando à medida que a burguesia, não importando suas diferentes fases, vai crescendo, expande-se em relação com a formação da sociedade de mercado. O crescimento da população, a mobilidade da mesma e o ritmo crescente dos negócios que procuram sempre novas áreas de expansão, constituem os fatores elementares que tirando a estabilidade à sociedade feudal, deixam aberta a possibilidade de aposição da nova mentalidade, ou substituição progressiva da velha. Essa nova mentalidade vai constituir-se basicamente no seguinte: gastar o mínimo possível na compra e retirar o máximo possível na venda; levar, apesar disso, uma vida frugal; reinvestir no próprio negócio todo o excedente, virtudes essas que caminham de mãos dadas com o espírito de ordem, temperança, decisão, zelo, lealdade, domínio de si, equilíbrio moral, etc. (32).

A secularização que a vida comercial trouxe não foi a penas base indispensável para maior liberdade de pensamento,

para uma modificação geral da mentalidade medieval, mas também teve repercussões igualmente amplas na relação dos homens com a natureza, aspecto básico da criação de riquezas. H. J. Meyer nota sobre esse assunto, que "en el orden óntico cristiano, en el escalonamiento jerárquico del mundo, el hombre posee un puesto determinado ontológicamente con exactitud, entre los reinos animal, vegetal y mineral, situados por debajo de él, y el orden angélico, situado encima de él" (33). O homem habita o centro do cosmos, astronômica e metafisicamente. A natureza infra-humana está a seu serviço. Esse ordenamento é essencialmente teológico. Por isso "la investigacion medieval de la naturaleza interroga por las qualidades de las cosas, pero concibe a estas como - proprietas - de modo antropomórfico, como una índole o condicion propia de las cosas que no puede ser objeto de análisis" (34). Não há investigação científica ou técnica, as coisas foram estabelecidas desde "o princípio". É evidente que tal atitude é um empecilho ao desenvolvimento econômico da sociedade, sobretudo quando esse desenvolvimento começa a depender de melhorias técnicas e científicas de experimentação da natureza. A função e importância da pesquisa científica e tecnológica na sociedade é reconhecida por todos, a fortiori nas sociedades capitalistas que não vivem sem esses progressos técnicos, sua racionalidade, a possibilidade de uso do cálculo e, principalmente o aproveitamento deliberado das possibilidades da natureza (35).

No século XIII a visão de mundo medieval, descrita por Meyer, começa a ser rompida, tanto, como vimos, devido as alterações que estão ocorrendo já há algum tempo na vida econômica, como também em consequência do próprio desenvolvimento da ciência experimental. A Europa começa a ver, pela primeira vez depois dos gregos, o nascimento de um novo humanismo, expresso no princípio através das (chamadas) utopias. "A utopia - como nota Leslie Morton - coincide com a ascensão da burguesia nos quadros da sociedade feudal decadente e em oposição a ela; assim ela emana diretamente do humanismo que é a ideologia desta nova classe" (36). Pode-se observar, por exemplo, em obras como a Utopia de Thomas More, A Cidade do Sol de T. Campanella e A Nova Atlantis de Bacon (37) a emanação

dessa nova ideologia, diametralmente oposta em seus resultados práticos à teologia medieval.

O ponto alto dessa transformação do universo esta em Galileu. Ele formulou claramente o princípio de que a verdade existe independentemente de qualquer ingerência de autoridade; deve-se buscar o conhecimento na experimentação liberta de toda e qualquer autoridade. Esse fato é genuinamente revolucionário, pois quebra tanto as resistências morais, quanto liberta a pesquisa da natureza, e, implicitamente, subverte as relações sociais de subordinação. Como nota uma vez mais Meyer, "la investigación natural exacta rompe y quebranta a la naturaleza, (...) y al hacerlo así traspasa - al principio de forma indecisa, pero en seguida com toda decisión - los limites éticos e religiosos que la antigua veneración de la naturaleza y la piedad cristiana ante la Creación habia trazado ante el uso y disposición de los elementos naturales. Con la investigación natural exacta se inicia um proceso en el curso del qual el mundo pierde su condición animada y personal para tornar-se algo inanimado y objetivo. Este proceso es incontenible, y ni siquiera hoy día podemos prever del todo sus últimas consecuencias"(38).

Essas transformações foram necessárias para a criação de um universo novo, secularizado, que liberte de qualquer entrave o livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Demos até agora mais atenção, no conjunto de fatores que temos arrolado nessa introdução, à burguesia e às alterações econômicas e mentais, embora já tenhamos indicado, com Pirenne - segundo sua segunda fase - a formação de um proletariado incipiente ligado à confecção dos instrumentos necessários ao grande comércio. De início esse fato implica um aumento do artesanato que é levado - em função das novas exigências de capital - à semi-proletarização. Os camponeses por sua vez ficam também "atados a um capitalista pela incapacidade de obter capital de giro e gradualmente aprisionados pela dívida" (39). Não obstante esse proletariado - no século XVI na Inglaterra - era pequeno e continuou assim até o período final do século XVIII. O aumento da técnica dificultava a entrada nos negócios por causa da dimensão do capital; os numerosos pequenos aldeões

que não conseguiam retirar todo o seu sustento do solo provocou o crescimento do trabalho caseiro. Esse fato vai motivar o retardamento da indústria fabril até a revolução industrial, quando esse semi-proletariado rural seria retirado da terra suprindo a indústria capitalista da mão-de-obra necessária. "Um testemunho do estado do desenvolvimento ainda atrasado de um proletariado daqueles séculos é a medida em que ainda se tinha de aplicar a compulsão para manter o suprimento de assalariados" (40). Como nota mais globalmente Thorold Rogers, "De 1563 a 1824 uma conspiração preparada pela lei e executada pelas partes interessadas em seu êxito foi feita, para esbulhar o trabalhador inglês do seu salário, atá-lo ao solo, privá-lo de esperança e degradá-lo na pobreza irremediável... Por mais dois séculos e meio de lei inglesa, bem como as que a administravam, empenharam-se em esmagar o trabalhador inglês e reduzi-lo ao ponto mais baixo, eliminar qualquer expressão ou ato que indicasse qualquer descontentamento organizado, e multiplicar as penalidades a lhe aplicar quando pensasse em seus direitos naturais" (41).

Da mesma forma que a burguesia ao ocupar uma posição inédita passa a ter suas próprias formas de pensar e de agir, o proletariado, cuja posição é também inédita vai ter o seu próprio universo mental, de vivência, etc. Deve entretanto ser observado que na origem a burguesia é uma classe ativa: ela realiza seu próprio mundo arrebatando todos os obstáculos que se lhe antepõem: seu nascimento é ativo. A classe trabalhadora pelo contrário tem um nascimento passivo: por compulsão a aceitação de um trabalho que não era o seu, que não lhe traz vantagens e que realiza, na origem, à força.(42). Por isso, apesar de nascerem praticamente juntas, o desenvolvimento intelectual do proletariado é retardado por motivos facilmente compreensíveis. O surgimento de uma classe, qualquer que seja ela, é lento: não se forma uma classe de um dia para o outro, como um ato de vontade; ela é sempre produto de evolução histórica prolongada. A burguesia, por estar na ofensiva, fez mais rapidamente as alterações políticas de seu interesse. Sô depois de iniciada a revolução industrial (desenvolvimento da grande indústria) é que vemos a plena formação da classe operária. "La



classe ouvrière moderne est le produit de la machine. Elle n'est pas un rassemblement politique ou créé, pour d'autres motifs ou impressions subjectives. Elle est une création de la machine, plus précisément: de la machine-outil. Sans machines, pas de classe ouvrière" (43). É neste momento preciso que teremos o ápice de uma transformação de longa data, pois somente então é que temos uma unidade produtora maior, que congrega centenas ou milhares de trabalhadores em um mesmo local: terão um local comum não apenas no que se refere ao trabalho mas também a habitação. Não, frizamos, que não existisse classe operária anteriormente, mas só a partir daí, de sua condição comum, nasce um sentimento de classe que dará origem às suas primeiras organizações. Estas organizações são consequência do fato de que no novo desenvolvimento social, na nova estrutura de classes há menos lugar à concorrência entre os grupos de ofícios, como antigamente, e mais à competição entre o capital e o trabalho (44). Já que não existe mais a propriedade dos instrumentos de produção, mas apenas trabalho a ser vendido, a competição passa a girar em torno dos salários: o envolvimento na questão é comum a todos, tanto aos que recebem como aos que pagam como um todo, como um grupo na mesma situação. Isso é tão verdadeiro que o próprio Adam Smith - o primeiro grande teórico do liberalismo - já notara, apesar de sua teoria da mão invisível, que os homens de negócios não se reúnem sem que o público saia prejudicado por isso. A recente questão do petróleo (as "sete irmãs") está aí para não desmentí-lo.

Enquanto o proletariado não se constitui em classe, enquanto não se tornou uma força capaz de fazer história, os pensadores que de alguma forma estavam ligados aos problemas sociais, apesar de captarem bem certos aspectos da realidade, não resolviam o problema da transformação, dos meios de se atingir uma sociedade melhor. Não que não se preocupassem com isso - um deles, Owen, que não foi canonizado por não pertencer à Igreja, empenhou quase toda sua vida na execução de suas idéias igualitárias - mas a forma em que o faziam não era adequada: não podia ser adequada pois não havia ainda um agrupamento coeso de homens partilhando com certa consciência

comum os mesmos interesses. Isso só vai ocorrer mais definida-  
mente a partir de 1848. Mesmo assim havia algo novo no início  
do século XIX no movimento dos trabalhadores. "Ce qu'il y a-  
vait de nouveau (...) c'est une conscience de classe et une  
ambition de classe. Il n'y a plus de "pauvre", en face du "ri-  
che" mais une classe définie, la classe ouvrière, les travail-  
leurs ou le prolétariat, en face d'une autre, celle des em-  
ployeurs ou des capitalistes" (45). Nesse ponto encontramos u-  
ma diferença histórica que vai alterar o tom do socialismo de  
Marx em relação aos socialismos anteriores (ditos utópicos).  
Marx vincula o seu pensamento com uma força histórica: "O tra-  
balho socialista equivaleu a pregar no deserto, enquanto não  
estabeleceu contato com uma força existente ou potencial de  
poder social..." (46). Na dependência deste fator é que a di-  
ferença entre o "socialismo utópico" e o "socialismo científi-  
co" é mais uma questão de grau e de situação histórica, que  
de princípio, como indica Schumpeter (47). Em outras palavras  
a doutrina de Marx é como qualquer outra doutrina, produto de  
situação histórica específica (48). Assim como o liberalismo  
foi o credo da burguesia em ascensão durante o período das  
revoluções burguesas e industrial na Europa, o marxismo -  
juntamente com as diversas teorias socialistas de alguma for-  
ma relacionadas ao proletariado - é a expressão consciente ou  
não da existência de uma nova classe, que, por se formar jun-  
to com a burguesia, mas no rastro de sua atividade, desenvol-  
ve sua consciência em período posterior (49). Quando essa  
consciência surge, a disputa pelo poder político da sociedade,  
passa a ser entre os trabalhadores e a burguesia e não mais  
entre esta e os poderes feudais.

Não tivemos nessas breves considerações históricas a  
preocupação de afirmar que o que foi visto seja parte essen-  
cial do sistema capitalista, ou do modo de produção capitalis-  
ta, ou ainda especificamente capitalista. Como é sabido (50),  
se temos em mente um modo de produção específico, não podemos  
datar a origem do capitalismo senão da segunda metade do sécu-  
lo XVI e início do século XVII, como faz o autor estudado. Pi

renne fala em existência incontestável do capitalismo a partir do século XII porque acredita que seus elementos essenciais sejam: "iniciativa individual, sistema de crédito, ganancias comerciais, especulación, etc" (51). Sombart também tem suas razões para acreditar que o capitalismo começa no século XIII e Schumpeter idem para a segunda metade do século XVIII (52). Nossa pretensão foi apenas mostrar alguns fatos significativos que prepararam o advento do capitalismo enquanto formação social, isto é, enquanto um conjunto de fatos que dão origem a uma nova organização da sociedade.

Isso posto, vejamos o que Marx tem a dizer sobre o assunto. Iremos nos concentrar em três aspectos. Primeiramente, daremos atenção à forma, aos meios com os quais o autor aborda a realidade social; em segundo lugar, focalizaremos o que pensa sobre a sociedade capitalista em seus traços amplos; e, finalmente abordaremos a vida política nessa sociedade durante o século XIX.

## NOTAS

- 1) Temos em mente sobretudo os trabalhos de Pirenne, Dobb, A. Philip, A. Fanfani, R. Snerb, Schumpeter e Munford.
- 2) Cf Pirenne "Las fases de la historia social del capitalismo", em La Estructura de las Clases, Caracas, 1970, Tiempo Nuevo, pags. 100-101.
- 3) Nisso concordam autores desde Good e Hatt até Althusser.
- 4) Althusser, Sobre o Trabalho Teórico, Lisboa, s/d, Presença, pg. 75. Essa frase, embora correta não pode ser levada às suas últimas consequências pois equivaleria a dizer que a História não tem teoria, situação difícil para um marxista, uma vez que Marx chega a dizer, na Ideologia Alemã, que a única ciência é a da História. Althusser faz dela pura descrição empírica.
- 5) Op. Cit., pg. 99-100.
- 6) Idem, idem, Cf ainda História Econômica e Social da Idade Média, S.P., 1965, Mestre Jou, pg. 167 e segts., e As cidades na Idade Média, Lisboa, 1964, Publicações Europa América, 1964, pgs. 95-96
- 7) As Cidades..., pg. 101, e História Econômica... pg. 224 e segts. Neste fato está a origem do fortalecimento do Estado e das relações entre ele e o capitalismo, para um historiador como Sombart de fundamental importância. Uma descrição brilhante desse processo encontra-se em Schumpeter, Imperialismo et Classes Sociales, Paris, 1971, Minuit, pg. 243 e segts.
- 8) Pirenne, "las fases...", pg. 108.
- 9) Idem, pg. 111.
- 10) Idem, idem
- 11) Idem, idem
- 12) História Econômica..., pg. 51. Cf. ainda "Las fases..." pg. 104-105 e As Cidades..., pg. 90-91.
- 13) Obras Citadas, respectivamente, pgs. 52, 105 e 92.
- 14) As Cidades..., pf. 120. Cf. "Las fases...", pg. 106-107.
- 15) História Econômica..., pgs. 73-74. Éd. Perroy, A Idade Média, III, S.P., 1965, Difusão Européia, vê esse fato como produto de alterações na tecnologia agrícola. É interessante por isso observar, com Schumpeter, que "nenhum fator age de uma única forma e, assim, é necessário ir até os por menores de seu modus operandi, aos mecanismos através dos quais ele age". "A resposta criadora da história econômica" em Economia e Ciências Sociais, Rio, 1969, Zahar, pg. 30.
- 16) História Econômica..., pg. 204 e segts.. Veja ainda A. Philip, Historia dos Factos Económicos e Sociais, Lisboa, 1965, Herder, pg. 15 e Éd Perroy, Op. Cit., pgs. 40-42. "O desenvolvimento da indústria e do comércio refletiu-se sobre toda a vida econômica da Europa. Influí também na vi

da dos feudos. O senhor feudal começou a enviar ao mercado os produtos de seus domínios senhoriais. Ao necessitar de capital, exigiu em dinheiro o censo dos camponeses, os quais, para pagar o censo monetário, deviam vender o produto de seu trabalho.

Assim começou a desenvolver-se, gradualmente na economia da Europa, a relação entre dinheiro e mercadoria". E. A. Kosminski, História da Idade Média, Rio, 1963, Vitória. Sobre esse fato pode-se ver ainda Perroy, Op. Cit., pg. 25 e Pirenne, Op. Cit. pgs. 89-91.

- 17) As Cidades..., pg. 121.
- 18) História Econômica..., pg. 224 e segts. Cf. Também Huberman, História da Riqueza do Homem, Rio, Zahar, 1964, pg. 84 e segts.
- 19) Cf. Perroy, Op. Cit., pg. 109.
- 20) Sombart, Le Bourgeois, Paris, 1966, Payot. Veja também A. Weber, História Sociológica da Cultura, Lisboa, s/d, Arcádia, pg. 430-1. Laski, por outro lado, acredita que entre as diversas circunstâncias históricas que produziram o Estado "a mais importante foi a necessidade, por ocasião da Reforma, de encontrar um plano de organização ao qual as exigências de autoridade pudessem recorrer para decisões finais" (Introdução à Política, Rio, 1964, Zahar, pg. 12; veja ainda O Liberalismo Europeu, S.P., 1973, Mestre Jou, Cap. I). Esse fato não pode ser esquecido, ainda que não lhe atribuamos a importância que Laski lhe dá, pois além de ter de alguma forma, contribuído para o fortalecimento do Estado (Veja por exemplo, a propósito das relações de Lutero com o fortalecimento do poder nacional, L. Munford, A Condição de Homem, Rio, 1955, Globo pgs. 210 e segts.), a Reforma deu a luz uma nova ética que teve grande importância, de um lado, como ideologia burguesa e de outro, como conforto proletário - em ambos os casos como ética do trabalho - para o desenvolvimento do capitalismo.
- 21) R. Mousnier, Os Séculos XVI e XVII, I, S.P., 1967, Difusão Européia, pg. 92 e segts.
- 22) José Honório Rodrigues, Brasil e África, Rio, 1964, Civilização Brasileira, vol. I, pg. 9 e segts.
- 23) Chegada de especiarias via Lisboa aos países do Norte; algodão e madeiras de tinturaria que chegam do ultramar; desenvolvimento da indústria do açúcar, da pesca, etc. "Todas essas novas correntes e todos esses mercados inauguraram um novo mundo capitalista e desencadearam uma fase de alta de conjunto de longa duração dos preços e quantidades produzidas e trocadas..." (Mousnier, Op. Cit., pg. 93).
- 24) Mousnier, Op. Cit. pg. 94.
- 25) Formação Econômica do Brasil, S.P., 1968, Nacional, pg. 89.
- 26) Mousnier, Op. Cit. pg. 97.
- 27) Idem, pg. 98. Veja a interessante e ilustrativa história de Jaci de Newbury em Huberman, Op. Cit. pgs. 131-132.

- 28) A Peste Negra, por exemplo, provocou uma diminuição da população que alterou toda a sociedade posterior. Cf. Munford, Op. Cit. pgs. 174 e segts. e Pirenne, História Econômica..., pg. 202 e segts.
- 29) Cf. Marc Bloch, La Sociêté Feodale, Paris, 1968, Éd. Albin Michel, pgs. 491-493.
- 30) Pirenne, As Cidades..., cap. VII
- 31) Bloch, Op. Cit. pg. 490. Veja Schumpeter, Op. Cit., pg. 113 e segts.
- 32) Sombart, Le Bourgeois, Paris, 1966, Payot, cap. 8. É evidente que a Reforma desempenhou papel importante na criação dessas virtudes. Os trabalhos de Weber a esse respeito são definitivos.
- 33) H.J. Meyer, La tecnificación del Mundo, Madrid, 1966, ed. Gredos, pg. 56. Cf. também Laski, O Liberalismo Europeu, pg. 59 e segts.
- 34) Op. Cit., pg. 57.
- 35) Max Adler chega a afirmar que o terceiro estado já havia operado uma revolução na sua forma de pensar, com a filosofia racionalista e a ciência experimental, antes de realizar sua revolução política. Veja Démocratie Politique et Démocratie Sociale, Paris, 1970, Anthropos. pg. 55.
- 36) Em, Diversos, Que Futuro Espera a Humanidade, Rio, 1967, Civilização Brasileira, pg. 52. Laski, em O Liberalismo Europeu, pg. 62, nota que "entre a morte de Thomas Morus e a morte de Francis Bacon um mundo inteiro se transformou". Aparece uma nova mentalidade que "em sua essência, é a perspectiva de uma nova classe que, uma vez investida de autoridade, está convencida de que pode remodelar os destinos do homem muito mais adequada e eficientemente do que foi feito no passado".
- 37) Nessas utopias aparece claramente a vontade de moldar o mundo segundo as intenções humanas. Esse é seu traço comum.
- 38) Meyer, Op. Cit., pg. 69. O livro de Meyer apresenta um roteiro histórico do desenvolvimento da tecnologia. Não seguimos, entretanto em suas conclusões.
- 39) Dobb, A Evolução do Capitalismo, Rio, 1965, Zahar, pg. 282 e segts. Para a França pgs. 293-4; para a Alemanha pg. 295.
- 40) Idem, pg. 283.
- 41) Apud Dobb, Op. Cit., pg. 285-6.
- 42) Essa diferença de desenvolvimento histórico é que vai determinar o fato de que a revolução burguesa seja apenas a consumação política de uma revolução econômica-social de longa data. O proletariado (e os camponeses de um mundo que se torna capitalista) ou uma fração dele, pelo contrário só poderá fazer (e só o fará, como em 17 e 49) se possuir uma consciência clara de seus interesses e objetivos.

Caso contrário nada se fará nesse sentido por melhor que se  
ja a conjuntura; a não ser as "revoluções" impostas: europa  
oriental ou mais ou menos acidentais: cubana. Na conclusão  
analisaremos a idéia de revolução à luz do mundo atual.

- 43) Jürgen Kuczynski, Les origines de la classe ouvrière, Paris, 1967, Hachette, pg. 50, também 58.
- 44) Kuczynski, Op. Cit., pg. 90. Anteriormente já notáramos tal fato com Pirenne. Isso não significa que não haja, de forma alguma, concorrência entre os assalariados.
- 45) Hobsbawm, L'ère des révolutions, Paris, 1970, Fayard, pg. 268.
- 46) Schumpeter, Capitalismo, Socialismo e Democracia, Rio, 1961, E.F.C. pg. 371.
- 47) Gostaria de observar que a palavra utopia, desde seu surgimento, permanece ambígua: é ora vista como uma dimensão fundamental do Homem, (um ideal a ser realizado) ora detratada (ideal irrealizável), segundo o significado que se lhe atribui. A melhor contribuição nesse sentido, a de Mannheim não resolve a questão. Talvez estejamos diante de uma questão colocada em função da própria "natureza do Homem" (de sua capacidade de transcender o existente), que só será resolvida se e quando for possível observar historicamente sua existência, isto é, se e quando surgir esse mundo de paz e felicidade geral, que observamos na cultura Ocidental de Platão a H. G. Wells.
- 48) Devendo, segundo Sartre, ser uma doutrina insuperável enquanto permanecerem as condições que a engendraram. Veja Questão de Método, S.P., 1967, Difusão Européia, pg. 29. Lefebvre leva ainda mais longe a questão dizendo que o marxismo é uma doutrina que auto-supera-se, portanto, não ultrapassável. Veja O Marxismo, S.P., 1963, Dif. Européia.
- 49) Kuczynski, Op. Cit., pg. 127 e segts. observa que a classe operária luta pela redução das horas de trabalho diário por que compreende o importante papel da cultura e da educação. Observa ainda que muitos dos seus membros eram autodidatas de vasta cultura.
- 50) Dobb, Op. Cit., pg. 30-31.
- 51) "Las fases..." pg. 100.
- 52) Impérialisme et classes sociales, pg. 111 e segts.

## II

É bastante clara para nós a continuidade do pensamento de Marx. Suas primeiras obras são prefigurações das últimas, sobretudo no que se refere à alienação, ao protesto contra uma sociedade dividida por conflitos agudos, que leva à miséria física e mental a maior parte dos seus membros. Entretanto, em matéria de ciência econômica e social os progressos são visíveis nas suas últimas obras, principalmente em O Capital. Esta obra é a de um cientista que pretende desvendar os fundamentos da sociedade capitalista e não apenas do jovem filósofo que percebe o mal mas não penetrou suas causas, nos fatos que o perpetuam. Marx foi um intelectual íntegro, um homem inteiro (1). Não trocava de ideologia como se troca de roupa. Sua principal característica, como ele próprio confessou à sua filha, Laura, era a "coerência de propósitos". Se atentarmos para suas declarações nos Anais Franco-Alemães veremos que desde o início de sua carreira - quando declara que o socialismo, uma doutrina então muito criticada, merecia toda atenção pelo simples fato de preocupar-se com os menos favorecidos (2) - tem uma mesma preocupação. Tudo que escreveu desde então mostra que não perdeu a sua "coerência de propósitos", que se manteve fiel, íntegro, durante toda sua vida. Homem de saber universal, preocupou-se com o desenvolvimento integral do Homem, e isso está claro tanto nos Manuscritos, na Ideologia Alemã e no Manifesto, como em O Capital e na Crítica do Programa de Gotha. Assim sendo, não acreditando em diferenças de propósito na obra de Marx, não vemos porque se deva privilegiar determinados textos a não ser na medida do que dissemos acima (3).

Vamos utilizar, nessa exposição, como texto central o volume primeiro de O Capital - sem deixar de lado outros textos em que aparecem proposições importantes - não, repetindo, por privilegiar possíveis rupturas ou por ser "texto de maturidade", mas, porque: 1) aí temos a obra longamente trabalhada de um pesquisador que teve desde o início as mesmas preocupa-



ções fundamentais; e, 2) nosso objetivo central é o capitalismo e esta obra é o resultado sôbre o assunto da totalidade das pesquisas de Marx (4).

## 1

Marx foi talvez o autor mais crítico que jamais tenha existido na ciência social (5). Negligenciar esse aspecto de seu trabalho é não fazer justiça aos objetivos aos quais se propôs. Da crítica de Hegel e Feuerbach passa à crítica da Economia Política, em 1844, na qual permanece mais concentrado, passando pela Ideologia Alemã - crítica da filosofia alemã -, até o fim de sua vida. Acreditamos que esse esforço crítico constituiu-se em fator decisivo para que Marx forjasse seus próprios recursos metodológicos. Na Ideologia Alemã vamos ter elaborada em suas linhas gerais, pela primeira vez, um método de estudo crítico das representações religiosas, morais, filosóficas, etc., que ficariam conhecidas mais tarde, através dos trabalhos de Scheler e Mannheim principalmente, com o nome de sociologia do conhecimento (6). O descobrimento dessa relação, isto é, da relação que existe entre aquilo que seria denominado mais tarde de superestruturas e a base econômica da sociedade, a infra-estrutura, é importante porque a nosso ver é nesse exato momento que Marx e Engels descobrem um novo método (materialista) de interpretação da História. Os jovens hegelianos conferiam existência independente às suas crenças, acreditando que elas modelavam a realidade. "A L'encontre de la philosophie allemande qui decend du ciel sur la terre, c'est de la terre au ciel que l'on monte ici. Autrement dit, on ne part pas de ce que les hommes disent, s'imaginent, se représentent, ni non plus de ce qu'ils sont dans les paroles, la pensée, l'imagination et la représentation d'autrui, pour aboutir ensuite aux hommes en chair et en os; non, on part des hommes dans leur activité réelle; c'est à partir de leur processus de vie réel que l'on représente aussi le développement des reflets et des échos idéologiques de ce processus vital (...) Ce n'est pas la conscience qui détermine la vie,

mais la vie qui détermine la conscience" (7). "Il n'est venu à l'idée d'aucun de ces philosophes de se demander quel était le lien entre la philosophie allemande et la réalité allemande, le lien entre leur critique et leur propre milieu matériel" (8). A concepção que daí decorre será mais rigorosamente elaborada, como veremos, a partir de 1847. É a formulação mais genial que já se fez até hoje nas ciências sociais. Em toda sua obra posterior à Ideologia Alemã aparece essa concepção, que em seu conjunto será batizada por Engels em 1892, na introdução<sup>a</sup> Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, de "Materialismo Histórico" (9).

Na Miséria da Filosofia Marx observa: "Les rapports sociaux sont intimement liés aux forces productives. En acquérant de nouvelles forces productives, les hommes changent leur mode de production, et en changeant le mode de production, la manière de gagner leur vie, ils changent tous leurs rapports sociaux. Le moulin à bras vous donnera la société avec le suzerain; le moulin à vapeur, la société avec le capitaliste industriel.

Les mêmes hommes qui établissent les rapports sociaux conformément à leur productivité matérielle, produisent aussi les principes, les idées, les catégories, conformément à leurs rapports sociaux.

Ainsi ces idées, ces catégories sont aussi peu éternelles que les relations qu'elles expriment. Elles sont des produits historiques et transitoires.

Il y a un mouvement continuuel d'acroissement dans les forces productives, de destruction dans les rapports sociaux, de formation dans les idées..." (10).

Marx não nega a ação do homem, como muitas vezes se pretende (11): "ces rapports sociaux déterminés sont aussi bien produits par les hommes que la toile, le lin, etc"(12), mas afirma, como esclarecerá mais tarde Engels, que este homem não é uma abstração, que não produz como se um espírito extra-terreno baixasse sobre ele, mas no marco das relações anteriormente existentes (13). Desta forma, Marx procura entender a ação e idéias dos homens em inter-relação com o meio

no qual vivem. No Manifesto utiliza esse método na compreensão do pensamento burguês e dos diversos "socialismos", relacionando-os com as respectivas classes.

A formulação clássica e generalizada dessa concepção está no prefácio da Crítica da Economia Política:

"Mes recherches aboutirent au résultat que voici:

Les rapports juridiques, pas plus que les formes de l'Etat, ne peuvent s'expliquer ni par eux-mêmes, ni par la prétendue évolution générale de l'esprit humain; bien plutôt, ils prennent leurs racines dans les conditions matérielles de la vie que Hegel, à l'exemple des Anglais et des français du XVIIIe siècle, comprend dans leur ensemble sous le nom de "société civile"; et c'est dans l'économie politique qu'il convient de chercher l'autonomie de la société civile. (...) Voici, en peu de mots le résultat général auquel j'arrivai et qui, une fois obtenue, me servit de fil conducteur dans mes études.

Dans la production sociale de leur existence, les hommes nouent des rapports déterminés, nécessaires, indépendants de leur volonté, ces rapports de production correspondent à un degré donné du développement de leurs forces productives matérielles. L'ensemble de ces rapports forment la structure économique de la société, la fondation réelle sur laquelle s'élève un édifice juridique et politique et à quoi répondent des formes déterminées de la conscience sociale. Le mode de production de la vie matérielle domine en général le développement de la vie sociale, politique et intellectuelle. Ce n'est pas la conscience des hommes qui détermine leur existence, c'est au contraire, leur existence sociale qui détermine leur conscience. A un certain degré de leur développement, les forces productives matérielles de la société entrent en collision avec les rapports de production existants, ou avec les rapports de propriété au sein desquels elles s'étaient mues jusqu'alors, et qui n'en sont que l'expression juridique. Hier encore formes de développement des forces productives, ces conditions se changent en de lourdes entraves. Alors commence une ère de révolution sociale. Le changement dans les fondations économiques s'accompagne d'un bouleversement plus ou moins rapide dans tout

cet énorme édifice. Quand on considère ces bouleversements, il faut toujours distinguer deux ordres de choses. Il y a le bouleversement matériel des conditions de production économique. On doit les constater dans l'esprit de rigueur des sciences naturelles. Mais il y a aussi les formes juridiques, politiques, religieuses, artistiques, philosophiques, bref les formes idéologiques, dans lesquelles les hommes prennent conscience de ce conflit et le poussent jusqu'au bout. On ne juge pas un individu sur l'idée qu'il a de lui même. Cette conscience s'expliquera plutôt par les contrariétés de la vie matérielle, par le conflit qui oppose les forces productives sociales et les rapports de production. Jamais une société n'expire, avant que soient développées les forces productives qu'elle est assez large pour contenir; jamais des rapports supérieurs de production ne se mettent en place, avant que les conditions matérielles de leur existence ne soient écloses dans le sein même de la vieille société. C'est pourquoi l'humanité ne se propose jamais que les tâches qu'elle peut remplir: a mieux considérer les choses, on verra toujours que la tâche surgit là où les conditions matérielles de sa réalisation sont déjà formées, ou sont en voie de se créer. Réduites a leurs grandes lignes, les modes de production asiatique, antique, féodal et bourgeois moderne apparaissent comme des époques progressives de la formation économique de la société. Les rapports de production bourgeois sont la dernière forme antagonique du progrès social de la production. Il n'est pas question ici d'un antagonisme individuel; nous l'entendons bien plutôt comme le produit des conditions sociales de l'existence des individus; mais les forces productives qui se développent au sein de la société bourgeoise créent dans le même temps les conditions matérielles propres a résoudre cet antagonisme. Avec ce système social c'est donc la pré-histoire de la société qui se clôt" (14).

Citamos longamente esse texto porque é a melhor síntese de todo o pensamento de Marx e porque coloca de forma sintética os principais pontos - que destacamos a seguir - de "fio condutor" de suas pesquisas:

- 1) Há uma correspondência das relações jurídicas, po-

líticas, etc. em relação à economia política, que aparece em termos de forma (anatomia) e não de conteúdo (fisiologia) correspondente. Há implicitamente possibilidade de que essa "superestrutura" funcione de forma diferente, não homóloga, ou, para ir mais longe na analogia: que apresente disfunções.

2) Quando fala do fato de as relações de uns homens com outros serem "independentes de sua vontade" e de "formas determinadas da consciência social" ou ainda da existência de terminando a consciência, fala também que o modo de produção da vida material determina em geral, e não mecanicamente, o desenvolvimento da vida intelectual. Isso suaviza a relação de determinação e indica a preocupação de Marx com grupos de indivíduos em determinada posição social e não com indivíduos isolados. Aceitamos a esse respeito a observação de Gurvitch de que "a propósito da relação da consciência e do ser o enriquecimento é mais aparente que real dado que se trata do ser social, isto é, do conjunto da sociedade" (15).

3) A medida que se desenvolvem as forças produtivas passa a haver um descompasso das mesmas com as relações jurídicas (sociais) que alteram-se - no geral - mais lentamente. Isso é uma denotação direta do que afirmamos no ponto precedente. A expressão prática deste fato, Marx não o diz aqui, é a luta entre a(s) classe(s) interessada(s) no desenvolvimento das forças produtivas e a(s) classe(s) que querem manter o status quo.

4) O desenvolvimento material deve ser constatado com o "espírito de rigor das Ciências Naturais". O desenvolvimento intelectual pelas "contrariedades" (palavra talvez melhor traduzida por vicissitudes) da vida material, pelo conflito entre relações de produção e forças produtivas, o que vale dizer que não deve ser visto de forma unívoca (não se dá em uníssono) em relação à base, isto é, dado uma comoção qualquer na vida material não temos que ter um ajustamento exatamente igual da superestrutura. Já que não se pode julgar uma época pela consciência que ela tem de si mesma, não pode haver correspondência perfeita entre consciência e realidade (16).

5) Uma sociedade só se transforma quando esgotam-se

as possibilidades de suas forças produtivas. A transformação ocorre através da luta de classes, conforme indicado acima (ponto 3).

6) Todas as esferas da sociedade estão inter-relacionadas. Marx trata inclusivamente a vida social, isto é, trata-a em todas as suas manifestações.

7) Um problema surge apenas quando a humanidade já tem meios para resolvê-lo ou está em vias de criá-lo. Aqui se revela, por um lado todo o otimismo de Marx - que hoje não se justifica como no seu tempo. Por outro lado podemos inferir a unidade de teoria e prática, aspecto capital do pensamento de Marx. Althusser já enfatizou que não se pensa o que se quer, não se cria arbitrariamente o objeto de uma ciência. F. Fernandes notou a esse respeito que os "problemas se apresentam como tal a investigação científica exatamente porque correspondem a necessidades humanas (...) o conhecimento é ao mesmo tempo ciência, de um lado, e técnica de reforma social de outro" (17).

8) O desenvolvimento histórico é dialético, já <sup>que</sup> se dá por oposições sucessivas. Há uma sucessão linear dos modos de produção asiático antigo, feudal e burguês moderno. As forças produtivas de um modo de produção engendram o modo seguinte. Em termos concretos e a grossa modo: a burguesia que nasceu na sociedade feudal, era a antítese da nobreza e do clero. Quando fez a revolução acreditou que lutava pelos interesses (liberdade, igualdade e fraternidade) de toda a sociedade (síntese). Essa síntese rompe-se quando a burguesia cria com sua ação (tese) o proletariado (antítese) cuja disputa leva a uma nova síntese, que inaugura a história sem antagonismo da humanidade. A dialética deixa de existir como forma de antagonismo social (18).

Falando desse "método geral do materialismo histórico" Ernest Mandel nota: "A síntese da Sociologia e da Ciência Econômica que se esforçou por realizar destaca sua enorme superioridade do fato de que ela é fundada sobre uma síntese do método lógico (dialética) e histórico. Nenhuma teoria social conseguiu até agora uma síntese que se aproxime, mesmo de longe, do sucesso operatório do método marxista" (19).

Como se sabe a dialética marxista difere da hegeliana. Como concebida por Hegel a dialética era um "processo ontológico Universal no qual a história se modelava sobre o processo metafísico do ser" (20). Marx desligando a dialética de seu suporte ontológico coloca a negatividade sobre bases históricas, "associada a uma forma particular de sociedade" (21), o que a torna "método histórico". É com essa transformação da dialética hegeliana que Marx vai estudar a sociedade capitalista.

No caso particular do estudo que faz da sociedade capitalista em O Capital especialmente - Marx utiliza dentro desse arcabouço geral, a abstração, sobretudo quando se refere a categorias econômicas (22). Não parece descuidar por causa disso, como pretendem alguns autores, da realidade empírica. Ele mesmo é quem o diz, no próprio O Capital, quando trata da distinção entre os métodos de exposição e de pesquisa.

"É mister, sem dúvida distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori" (23).

Devemos destacar neste texto, além do fato de que a distinção dos métodos de exposição e pesquisa sejam apenas formal, e não de conteúdo, que: 1) a pesquisa tem que dominar a realidade empírica analisando seus diferentes aspectos, bem como suas "conexões íntimas". Este é o aspecto fundamental sôbre o qual tudo o mais é construído (24). Mais: aqui precisamente é que, como mencionamos, a dialética de Marx distingue-se da de Hegel, tornando-se de fato revolucionária para a ciência social: é uma dialética histórica (e não de um espírito mistificado) que, visa uma realidade concreta, que observa no devir da sociedade, sua negação. Marx observou empiricamente tal fato, especialmente no que se refere à sociedade capitalista; 2) a exposição, que pode dar a impressão de uma construção a priori, não é de fato, ainda que pareça sê-lo. Apesar

de gastar a maior parte de seu tempo de pesquisa lendo, Marx jamais perdeu as chances de observação pessoal, até citando-as quando necessário como garantia do que diz (25). Essas razões e os aspectos que vamos abordar - isso talvez não pudesse ser feito em uma exposição predominantemente econômica - nos levam a expor o pensamento de Marx de forma essencialmente histórica.

## 2

Não é demais enfatizar, sobretudo hoje, que Marx esteve fundamentalmente interessado no desenvolvimento histórico. Criticou os economistas da época por explicarem apenas como se produz em determinadas condições e não como são produzidas tais condições (26). Para eles havia dois tipos de instituições: as artificiais, do feudalismo; e, as naturais, da burguesia. Para a burguesia, até a sua ascensão houve história, agora já não há mais (27). Tais pensadores fixaram-se em aspectos parciais da realidade, permanecendo obscura a totalidade do processo social. Seu desenvolvimento dialético era escamoteado e substituído por uma realidade eterna, imutável, "naturalmente" organizada. Marx descobriu como desvendar o conteúdo ideológico das teorias correntes em sua época.

No final da longa passagem da Crítica da Economia Política, acima citada, fica claro que ele vê o desenvolvimento histórico como a sucessão de diferentes modos de produção. O último desses modos "pré-históricos" é o capitalista. Seu aparecimento data do final do século XV e início do século XVI. "Embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam nos séculos XIV e XV em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI" (28). Seu aparecimento não é um processo pacífico. Criticando as ilusões da economia política em relação a acumulação do capital Marx diz que a conquista, a escravização, a rapina, o assassinato, numa palavra, a violência, tem desempenhado importante papel na verdadeira história. "Na suave economia política, prossegue Marx, o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-



se naturalmente o ano corrente. Na realidade os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos" (29).

"Marcam época na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo" (30). Isso ocorre com coloridos diversos nos diferentes países. Marx toma exemplos para suas teses de todos os países da Europa, e inclusive da Ásia, especialmente China, Índia e Japão. Não obstante, é na Inglaterra que se apoia mais frequentemente - escrevendo inclusive alguns capítulos de sua história -, pois lá é que ocorreu o fenômeno de forma clássica.

Neste país "o prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que "por toda parte enchiam os solares" (...). Embora o poder real, produto do desenvolvimento burguês, em seu esforço pela soberania absoluta, acelerasse pela força a dissolução das vassalagens, não foi de modo algum a causa única dela. Opondo-se arrogantemente ao Rei e ao Parlamento, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. O florescimento da manufatura de lã, com a elevação consequente dos preços da lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra. A velha nobreza fora devorada pelas guerras feudais. A nova, era um produto de seu tempo e, para ela, o dinheiro era o poder dos poderes. Sua preocupação por isso era transformar as terras de lavoura em pastagens" (31). A Reforma, levando à expropriação dos bens da Igreja deu "terrível impulso" à violenta expropriação do povo. Os conventos

suprimidos foram doados ou vendidos a especuladores burgueses ou favoritos da corte, "que expulsaram em massa os velhos moradores hereditários e fundiram seus sítios" (32). A propriedade da Igreja era a defesa das "antigas relações de propriedade". Sendo destruída não poderiam mais se manter essas relações. Marx observa que a Reforma pauperizou a massa do povo e mostra através da longa citação que faz do jurista Sergeant Snigge como o "espírito protestante" traz em si uma ética do trabalho que chega a levar até a coação violenta.

Toda essa violenta exploração de que falavamos acima "ocorreu sem qualquer observância da etiqueta legal" (33) e com o conluio da oligarquia e dos burgueses. No século XVIII a lei torna-se veículo desta expropriação. Marx mostra com documentos da época que "a história da expropriação que (os trabalhadores) sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade".

No seu conjunto a situação é descrita da seguinte forma: "O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a efeito com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos" (34).

A população expelida a força dos campos e "compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado" (35). Entretanto, "não basta que haja de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes" (36). Na segunda metade do século XIV, por exemplo, surgiu uma classe de assalariados, fração diminuta do povo, que tinha sua posição protegida pela economia independente do campo e pelas corporações na cidade, não estando, portanto presa ao capital. O pleno desenvolvimento do processo de produção capitalista, po

rêm, "quebra toda resistência". Ao produzir constantemente uma superpopulação relativa faz funcionar a lei de oferta e procura de trabalho mantendo o salário de acordo com as "necessidades de expansão do capital" (37). Uma "coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador" (38). A violência continua sendo empregada, mas agora apenas excepcionalmente, ao lado das leis econômicas.

Estava desta forma criado o suporte fundamental do novo modo de produção: os trabalhadores livres. "Trabalhadores livres, diz Marx, em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles" (39).

Esse fato é tão importante que Marx chega a dizer que "o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção" (40).

Enquanto os camponeses não tiveram, como vimos que se esforçar para tornarem-se proletários, "os capitalistas industriais (41), esses novos potentados, tiveram que remover os mestres das corporações e os senhores feudais, que possuíam o domínio dos mananciais da riqueza" (42). A sua ascensão é a "luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, contra as corporações e os embaraços que elas criavam ao livre desenvolvimento da produção e a livre exploração do homem pelo homem" (43). Aproveitaram os acontecimentos favoráveis procurando subir quaisquer que fossem os meios. Alguns desses capitalistas tiveram origem nos mestres de corporações, outros em artesãos independentes e até em assalariados. Os meios nesse caso foram "exploração progressivamente mais ampliada do trabalho assalariado" e a "correspondente acumulação" (44).

O sistema colonial (45), as dívidas públicas, o novo sistema de tributação e o protecionismo foram outros fatores

que levaram à acumulação e conseqüentemente à formação dessa classe de capitalistas. Esses fatores "se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial (46). Mas todos eles utilizam o poder de estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação..." (47). Todos esses fatores dão ensejo ao surgimento do capitalista industrial, aquele indivíduo que, segundo o próprio Marx, vai subverter, como membro de uma classe, o mundo existente até então.

Deste modo surgiram - apresentadas aqui como apareceram em uma formação social específica - as duas grandes classes do modo de produção capitalista. Dada a evolução histórica, a formação das grandes classes sociais, destacamos agora mais claramente o conjunto dos fatores fundamentais da produção capitalista; podemos dizer que ela começa a desenvolver-se quando:

1) "...Um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade" (48).

2) "... a cooperação no trabalho aparece como forma específica de processo de produção (...) em contraste com o processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo pequenos patrões" (49).

3) Há "compra da força de trabalho por determinado tempo (...) (que) se renova sempre que se extingue o prazo estipulado" (50).

4) Há "separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho..." (51).

5) os trabalhadores, além de estarem separados do produto, também "não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos", bem como "não são donos dos meios de produção, como os camponeses autônomos" (52); são "livres".

6) Os produtos do trabalho humano, e o próprio trabalho inclusive, passam a assumir a forma de mercadoria e ter valor independente de seu uso (53),

7) Existe "grandes quantidades de capital e força de

trabalho (nas condições dos pontos 4 e 5) nas mãos dos produtores de mercadorias" (54).

8) Há suficiente quantidade de dinheiro para circulação e entesouramento. Esse fato é simultâneo ao desenvolvimento da produção. Não obstante "o maior suprimento de metais preciosos a partir do século XVI constitui fator essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista" (55).

9) Em decorrência do ponto precedente, por tornarem-se valor de troca - dinheiro, portanto - ao serem trocadas, as mercadorias devem apresentar um saldo monetário positivo ao produtor, já que ele visa a produção de novos valores-de-troca (lucro), senão a relação torna-se "absurda e sem sentido" (56).

10) Como só o trabalho humano, não a troca, cria valor, esse saldo positivo da venda do produto é trabalho não pago, isto é, mais-valia. Sua produção é a medula desse modo de produção, pois é o princípio estrutural da acumulação e a fonte de reprodução do sistema: na pessoa do trabalhador retirando-lhe parte do que é seu, não permitindo, desta forma, sua ascensão, isto é, não permitindo que possa deixar de se sujeitar ao trabalho; na pessoa do capitalista dando-lhe meios para reprodução e ampliação do capital em geral.

Vimos o aparecimento do sistema capitalista, das suas duas grandes classes: a formação de uma delas - o proletariado - pela alienação forçada dos seus meios de produção, de suas terras; a formação de outra - a burguesia - pela usurpação dos antigos camponeses, pela exploração do trabalho assalariado pelos mestres das corporações, pelas oportunidades do sistema colonial, etc. Vimos, ainda nos dez pontos que destacamos, e que estão relacionados entre si, os aspectos fundamentais para o funcionamento e manutenção do sistema capitalista. Sobre tais pontos é que se estrutura o caráter das relações sociais de produção, relações essas que são ao nível das classes - como se pode perceber, tanto pelas suas origens como estruturalmente - fundamentalmente antagônicas. O motivo condutor dessa sociedade é o antagonismo fundamental, fundado em interesses conflitantes (57) das suas duas grandes classes. Nos seus primeiros livros publicados Marx já coloca de forma clara essa questão :

"A mesure que la bourgeoisie se développe il se développe dans son sein un nouveau prolétariat, un prolétariat moderne: il se développe une lutte entre la classe prolétaire et la classe bourgeoise..." (58). "L'histoire de toute société jusqu'à nos jours, c'est l'histoire de la lutte des classes (Plus exactement l'histoire qui nous a été transmise par écrit. Engels)" (59). Vejamos como esse fato é, segundo Marx, inerente à estrutura do modo de produção capitalista. Os dez pontos acima referidos aparecerão progressivamente.

"A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital". "O dinheiro, a primeira forma em que aparece" (60). Não obstante, a circulação de mercadorias existiu em diversas sociedades. Nem sempre, porém, da mesma forma. O mesmo ocorre com o dinheiro: nem sempre teve a mesma finalidade e utilidade. Na forma simples de circulação de mercadorias concentra-se a a tenção sobretudo nos valores de uso. Na equação proposta por Marx para explicar tal fato, M-D-M, o valor de uso dos dois M é diferente e aí está o interesse da transação. O objetivo último do indivíduo que vai ao mercado, feira, etc., não é obter lucro, dinheiro ou qualquer coisa parecida, mas trocar seu excedente de mercadorias com produtos de natureza diversa daqueles que produz. No capitalismo, pelo contrário, a relação entre mercadoria e dinheiro é diferente: D-M-D. A própria equação já denuncia diferenças: na forma simples a primeira operação é de venda e a segunda de compra; na forma capitalista a primeira operação é de compra e a segunda de venda. "No primeiro caso, é a mercadoria e, no segundo, o dinheiro, o ponto de partida e a meta final do movimento. Na primeira forma de movimento, serve o dinheiro de intermediário e, na segunda, a mercadoria.

Na circulação M-D-M, o dinheiro vira mercadoria, que serve de valor de uso. O dinheiro é gasto de uma vez por todas. Na forma inversa D-M-D, o comprador gasta dinheiro, para fazer dinheiro como vendedor. Com a compra lança dinheiro em circulação, para retirá-lo dela depois com a venda da mesma mercadoria" (61). A forma de circulação simples, M-D-M tem origem e fim em mercadorias diferentes, que saem imediatamente da circulação para o consumo: o ciclo se fecha, pois, o objetivo final

é a satisfação de necessidades (valor-de-uso). No circuito D-M-D, o dinheiro é o ponto de partida e chegada (valor-de-troca), "o começo e o fim são os mesmos (...) e, por isso mesmo, o movimento não tem fim" (62). Para que a equação D-M-D adquira sentido deve, portanto, ser expressa na forma D-M-D'.

Aqui surge a questão central: de onde vem a diferença D-D'? Marx descarta a teoria segundo a qual essa diferença aparece no próprio processo de troca: "admita-se que por força de algum privilégio inexplicável possa todo vendedor vender sua mercadoria acima do valor, a 110, quando vale 100 (...) O vendedor apossa-se assim de um valor excedente (mais-valia) de 10. Mas depois de ser vendedor, torna-se comprador. Um terceiro possuidor de mercadoria encontra-o depois e por sua vez usufrui do privilégio, de vender a mercadoria 10% mais caro. Nosso homem, quando vendedor ganhou 10, e, agora, como comprador, perde 10. No fim tudo se resume a que todos os vendedores vendem reciprocamente uns aos outros suas mercadorias com o valor aumentado de 10%, o que representa o mesmo que terem vendido suas mercadorias pelos seus valores" (63). Assim a diferença D-D' (mais-valia) não pode ser explicada pela troca. "A circulação ou a troca de mercadorias não cria nenhum valor" (64). A diferença D-D' deve ser procurada no primeiro ato do circuito, D-M, e é proveniente do valor de uso da mercadoria comprada. "Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar, de ser fonte de valor; de modo que consumí-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho" (65).

A força de trabalho só aparece como mercadoria 1) quando vendida pelo seu próprio possuidor, quando ele, como vimos, é "proprietário livre de sua capacidade de trabalho". "Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro o comprador sendo ambos juridicamente pessoas

iguais". 2) Quando seu proprietário "não pode vender mercadorias em que encarne trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo" (66). Tais condições como se infere do que Marx diz da formação das classes, não têm origem na natureza: é produto histórico de revoluções econômicas e de sucessivas "formações da produção social"; cada "formação" tem seu caráter próprio. Esse caráter distintivo não é dado pelo que concretamente se faz, "mas como, com que meios de trabalho se faz" (67). Ou, de outra forma: "Só a forma em que se extrai do produtor imediato, do trabalhador esse trabalho excedente distingue as diversas formações econômico-sociais, a sociedade da escravidão, por exemplo, da sociedade do trabalho assalariado" (68). A época capitalista é caracterizada pelo fato de nela "adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho" (69). Desta forma, os meios de realização do mundo capitalista são os "trabalhadores livres" cuja mercadoria é a força de trabalho. Essa "mercadoria especial", criada na época capitalista tem a capacidade especial de criar mais valor do que aquele que é necessário à sua manutenção e reprodução. Nas palavras de Marx: "O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são (...) duas magnitudes distintas (...). A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca" (70). Assim sendo, "a mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho" (71), qualquer que seja o produto em causa (72).

O salário é designado por Marx como capital variável e os demais componentes do processo (matéria-prima, máquinas, etc.), capital constante. A importância dessa divisão está em que só o primeiro é capaz de criar valor: "a força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também é capaz de criar valor"; o segundo apenas transfere seu



valor ao produto: "não muda de magnitude seu valor no processo de produção". Daí se infere que quanto mais capital variável compõe o processo de produção maior é a quantidade de mais-valia (73). A exploração da força de trabalho é, portanto o ponto nevrálgico de todo o processo. Compreende-se porque tanto empenho dos capitalistas em elaborar uma legislação que reforce a exploração - não fixando o tempo máximo de trabalho -, e dos operários em limitá-la, através da fixação de um tempo máximo de duração do trabalho, além do qual não poderá ir o capitalista. Toda a história da produção capitalista apresenta essa luta em torno da jornada de trabalho. Muitas das disputas entre trabalhadores e capitalistas, surgidas em torno dessas questões, ou entre esses e o Estado, eram solucionadas judicialmente pelos próprios capitalistas. Nesses casos "a composição do tribunal, diz Marx, já era, na verdade, uma violação aberta da lei" (74). Evidentemente seria torcer o pensamento de Marx se dissêssemos que o Estado e a lei agem apenas com uma finalidade, isto é, no sentido desejado pelos capitalistas. Isso ocorreu, como dissemos, no início quando procurou-se prolongar a jornada de trabalho "através da ajuda do poder do Estado" já que não era possível pela força das condições econômicas. Na segunda metade do século XIX, entretanto, é o próprio Estado que limita o tempo de trabalho "com o fim de evitar a transformação do sangue das crianças em capital" (75).

As reações dos trabalhadores e capitalistas assumem diferentes formas conforme as circunstâncias. É bom notar inclusive que a dialética histórica (76) não é algo tão simples como a luta de contrários. Não são apenas trabalhadores versus capitalistas degladiando-se no seio do Estado numa arena sem espectadores ou outros participantes. O trabalhador luta contra o capitalista, contra as máquinas que lhe usurpam o trabalho, contra o Estado que favorece os capitalistas, contra seus próprios companheiros quando escasseiam as oportunidades de trabalho. Também os capitalistas, além da luta contra os trabalhadores, disputam entre si os melhores mercados, uma maior exploração da força de trabalho, por vezes investem contra o próprio Estado. O Estado por sua vez não é uma massa absolutamente homogênea. Os inspetores de fábrica fazem seus relatórios que

contradizem os políticos e capitalistas, mostrando, com frequência a ineficiência da lei. Há camadas da população com interesses específicos, etc. É evidente porém que em todo esse jogo de força, em todas essas contradições, aquilo que existe, segundo Marx, de mais fundamental é a contradição gerada pela separação existente entre o capital e o trabalho: estão em mãos diferentes. Essa luta "remonta à própria origem do capital" (77).

No início, entretanto, o trabalhador não vê o núcleo da contradição que determina sua situação. Com a introdução da máquina, por exemplo, revolta-se contra ela acreditando poder ver nesse novo meio de produção a encarnação dos males do sistema, pois ela dispensa o trabalho humano (explorando o restante mais intensivamente e criando um "exército de reserva industrial" dos expulsos que faz baixar os salários ao limite mínimo. Os trabalhadores destroem as máquinas sem distinguir entre ela própria e o uso que dela faz o capitalista. Na verdade, como nota Marx, citando Gaskell, "a máquina a vapor foi desde o início antagonista da "força humana", tendo capacitado o capitalista a esmagar as exigências crescentes dos trabalhadores que ameaçavam lançar em crise o sistema fabril que nascia. Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções feita a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores" (78). O industrial Fairbairn, por exemplo, fez diversas invenções técnicas por causa de greves em sua fábrica. Essa situação é contínua pois a máquina vai sendo progressivamente introduzida em outros setores da produção. A importância de tais fatos é de nos mostrar que, de um lado, ainda que os trabalhadores não tenham consciência precisa do local onde devem intervir para alterar sua situação sentem instintivamente sua situação e, ainda que inadequadamente, agem (79). De outro lado, os capitalistas procuram levar adiante sua atividade econômica, com os operários se possível e de qualquer forma possível, especialmente automatizando ao máximo a empresa e explorando mais intensivamente a força de trabalho. Ainda que os conflitos surgidos de tal situação não chegassem a ter expressão política seriam expressos dessa forma surda enquanto durasse a impossibilidade de expressã-

los politicamente: são inerentes à natureza da sociedade capitalista. Essa etapa do conflito não dura, porém, eternamente. Com tempo e experiência "o trabalhador aprende a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção mas a forma social em que são explorados" (80). A própria base técnica da indústria moderna os auxilia. A concentração do capital, a centralização das empresas substitui o isolamento dos operários, por sua união resultante de sua associação. Neste momento os operários estão prontos para a ação política no seio do Estado.

## 3

Marx não pode estudar o Estado como pretendia (81). Engels é quem vai trabalhar mais demoradamente o assunto. As observações que Marx fez a respeito do Estado aparecem ao longo de toda sua obra, mas não sistematicamente. A tipologia que as vezes parece fazer dos Estados - Monarquia feudal, absoluta, legitimista, Estado representativo moderno, (82) - não é tão rigorosa como a dos modos de produção; não fala tão claramente quanto diz, por exemplo modo de produção asiático, antigo, etc, de formas específicas de Estado. Engels, sem mencionar um estado asiático, fala claramente de Estado antigo, Estado Feudal e Moderno Estado representativo ou burguês (83). Essa tipologia é colocada implicitamente por Marx quando estabelece uma relação entre a "forma econômica" e a "forma política":

"La forme économique spécifique, dans laquelle du sur travail non payé est extorqué aux producteurs directs, détermine le rapport de domination et de servitude, tel qu'il découle directement de la production elle même et, a son tour réagit sur elle. C'est d'ailleurs, sur cette base que se constitue la collectivité économique, qui naît des conditions mêmes de la production, et c'est aussi sur elle que repose la forme politique de cette société. C'est toujours dans les rapports immédiats entre les maîtres des conditions de production et les producteurs directs - rapports qui, sous toutes leurs formes, correspondent toujours et nécessairement à un niveau déterminé du

développement du genre et du mode de travail et par suite de sa productivité sociale - c'est toujours dans ces rapports que nous découvrons le secret intime, le fondement caché de toute la structure sociale, et par conséquent de la forme politique revêtue par les rapports de souveraineté et de dépendance, bref, de toutes les formes spécifiques de l'Etat.

Cela n'empêche pas que la même base économique - la même du moins, quant aux conditions principales - peut, en raison des inombrables conditions empiriques distinctes - facteurs naturels et raciaux, influences historiques agissant de l'extérieur, etc. -, présenter dans sa manifestation une infinité de variations et de gradations qui ne peuvent être saisies que par l'analyse de ces circonstances empiriques données" (84).

Basicamente a "forma política" repousa na forma como "é extorquido o sobretrabalho não pago", como os modos de produção. Esse fato determina as relações de dominação e servidão (políticas) que reagem também sobre o modo de produção. Tanto a forma econômica quanto a política tem a mesma base: a forma específica da mais-valia. Esta base é o fundamento da estrutura social (portanto, também do Estado, da política, etc.) de toda sociedade. Há entretanto uma série de variáveis - fatores naturais, históricos, etc. - que fazem alterar a forma política de acordo com as circunstâncias empíricas, que comportam uma infinidade de variações. Ou, em outras palavras, as diversas sociedades onde predomina o mesmo modo de produção não possuem a mesma forma de Estado (governo). Talvez seja exato dizer que a forma específica de governo assenta-se na "formação social" e não no "modo de produção" (expressões que em Marx não me parecem ser tão precisas - sendo mesmo intercambiáveis - quanto na forma e sentido em que são utilizadas hoje). Assim as expressões de Engels, Estado antigo, Feudal, etc. corresponderiam aos modos de produção e Monarquias legitimistas, absolutas, etc., à formações sociais específicas, que incluem - por se constituírem realidades empíricas formas de transição, o que não ocorre com o modo de produção, realidade mais abstrata.

Se o Estado se relaciona diretamente com a formação social da qual é a superestrutura política, estará então apoiado no ajustamento concreto das classes (que dependem de sua re

lação com a mais-valia: produtoras ou apropriadoras). Ora havendo classes haverá exploração e inversamente havendo exploração haverá classes. Uma classe não existe sem a outra; cada classe torna-se o que é através da outra. As relações entre as classes são, pelas razões acima indicadas, antagônicas. Como vimos esse antagonismo, segundo Marx, aparece desde a destruição das "máquinas capitalistas" (passando pela operação tartaruga e o chomage) até a greve geral e/ou a participação integral no poder. Essas formas de ação - que são individuais, de pequenos grupos (destruição de máquinas, greve localizada) ou coletivas (greve geral, participação total no poder), dão-se em graus variáveis de amplitude e organização. Exercem todavia qualquer que seja o grau, pressão política tanto ao nível da empresa, como do município e do Estado. São meios de ação que tem sua motivação fundada na posição da classe em relação a mais valia. Como vimos, a expressão prática dos interesses de classe faz-se diferentemente segundo as diferentes formas de consciência que possuem. Devemos distinguir, para esclarecer a relação da mais valia com a "forma política", dois tipos básicos de ação: a revolta instintiva e a ação consciente, organizada, visando objetivos definidos. 1) Sobre o nível instintivo, quando falta ainda a consciência de classe, temos as ludites e ações isoladas do tipo da operação tartaruga, e chomage, como indicamos acima. Não há ligação orgânica entre as ações dos trabalhadores e o Estado. Há, por essa razão, um predomínio mais direto da forma econômica sobre a forma política. A relação entre a apropriação e a forma política de dominação escapa ao trabalhador, segundo Marx, bem como a perpetuação da primeira pela segunda. 2) A ação organizada se dá em dois níveis relacionados: interno e externo. O primeiro se refere a institucionalização das entidades dos próprios trabalhadores, como sindicatos, partido, que indicarão, já agora com propósitos definidos, as formas de ação tanto ao nível dos ramos da indústria como da classe. O segundo é o nível institucional da sociedade global, do Estado. Marx falou em revolução, mas jamais deixou de se utilizar das possibilidades institucionais (na conclusão veremos porque este caminho é melhor). Adiante indicaremos, quando tratarmos do direito, esse fato. Sem a institu

cionalização interna jamais teremos uma participação significativa, qualquer que seja a forma de ação escolhida. É curioso notar que a esfera institucional legal parece ampliar-se na base de ações diretas. Por outra: os operários adquirem mais direitos quanto mais pressões diretas são capazes de empreender, empurrando a lei para uma fronteira que lhes deixe um espaço mais amplo ou fazendo-a cumprir realmente quando é apenas formalmente igual para todos. Isso aparece claramente quando Marx trata dos "efeitos destrutivos do sistema presente" (1866) sobre crianças e adolescentes: eles podem ser evitados apenas "par la transformation de la raizon sociale en force sociale , et, dans les circontances présentes, nous ne pouvons le faire que par des lois générales imposées par le pouvoir d'État. En imposant de telles lois, les classes ouvrières ne fortifieront pas le pouvoir gouvernemental. Au contraire, elles transformeraient le pouvoir dirigé contre elles en leur agent. Le proletariat fera alors par une mesure générale ce qu'il essaierait en vain d'accomplir par une multitude d'efforts individuels" (85). Ou seja, o proletariado agirá através de suas organizações, que apoiam-se na sua classe e que chegam até a instância institucional máxima, o Estado. A ação deste, sendo geral pesa sobre toda a coletividade. Assim, partindo da mais valia, que determina a classe, Marx chega ao Estado - passando pelas organizações operárias e pelas instituições estatais (câmaras, burocracia, etc.), que no limite tendem a ação comum - nível onde se solucionam os conflitos que decorrem da forma de apropriação da mais-valia, e que tem sua forma determinada pelo ajustamento particular das pressões recíprocas das diferentes classes. Assenta-se, portanto, numa formação social concreta. Daí, também, ser para Marx, a esfera política, a esfera de realização histórica por excelência.

É importante salientar tais fatos porque é através deles que Marx demonstra que desde que haja apropriação da mais-valia por uma parte apenas dos membros de uma sociedade o Estado é um estado de classe: da classe economicamente dominante (86). Esse fato não indica que o Estado não reaja sobre a economia, que seja apenas a expressão da economia no nível político. É justamente por ser o Estado da classe dominante que vai

agir - com sentido tão preciso quanto o permitido pelas pressões recíprocas do jogo político - na economia. No próprio texto citado Marx nota que as relações de poder reagem sobre a economia. Mas não fica aí apenas. Como vimos, todos os meios econômicos de acumulação utilizaram a força do Estado - poder concentrado e organizado da sociedade - para provocar artificialmente a transformação do modo de produção feudal no <sup>modo</sup> capitalista de produção, abreviando o período de transição. Assim, "a força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica (87).

Marx e Engels perceberam essa utilização do poder do Estado bem cedo. Na sua obra The Condition of the Working-Class in England, observa Engels, criticando a livre competição, que a coerência desse princípio implicaria na não supervisão do Estado; que sua mais alta perfeição seria uma sociedade anárquica, onde cada um explora o outro à sua satisfação. Não obstante tal fato "the bourgeoisie cannot dispense with government, but must have it to hold the equally indispensable proletariat in check, it turns the power of government against the proletariat and keeps out of its way as far as possible" (88). Marx, de forma menos taxativa no início, observou, na Crítica da Filosofia do direito de Hegel, que o papel essencial do Estado era defender a propriedade privada. Tanto o Estado como a sociedade burguesa eram determinados pela propriedade (89). Depois de notar no final da Miséria da Filosofia que o poder político "est précisément le résumé officiel de l'antagonisme dans la société civile" (90), escreverá secamente, com Engels, um ano mais tarde: "Le gouvernement moderne n'est qu'un comité qui gère les affaires communes de toute la classe bourgeoise" (91). Essa frase taxativa permanece, com algumas nuances, a mesma em toda a obra de Marx e Engels. Mais exatamente é um enunciado geral, válido especialmente para a sociedade capitalista, que pode assumir concretamente formas variáveis.

O aparecimento do Estado é devido, segundo Engels ao desmoronamento da ordem gentílica. Nessa ordem os chefes (de tempo de paz e militares) são eleitos em eleições livres, nas

quais todos os homens e mulheres tomam parte. A gens tem o direito de depor, pelo mesmo processo eletivo, seus chefes (o que também pode fazer o conselho da tribo mesmo contra a gens). A propriedade era comum a toda a gens. Morrendo algum membro a propriedade era redistribuída. O auxílio recíproco é princípio inerente a ação. Essas (e outras) características fazem com que na ordem gentílica a organização social seja de um tipo desconhecido por nós. "Seus membros são todos indivíduos livres, cada um obrigado a defender a liberdade dos outros; tem os mesmos direitos pessoais; nem os sachens nem os chefes militares pretendem ter qualquer espécie de preeminência; formam no conjunto uma coletividade fraternal, unida pelos vínculos de sangue. Liberdade, igualdade e fraternidade, esses são, embora nunca formulados, os princípios cardiais da gens, e esta é por sua vez a unidade de todo o sistema social [frátria, tribo e confederação são unidades progressivamente mais inclusivas], a base da sociedade indígena organizada. Isso explica o indomável espírito de independência e a dignidade pessoal que todo mundo observa nos índios" (93).

Embora observemos diferenças concretas na gens conforme suas peculiaridades históricas, geográficas, etc. ela é fundamentalmente a mesma tanto na América do Norte como no Mediterrâneo.

Pelas suas características, indicadas acima, a organização gentílica é incompatível com o comércio, propriedade privada, escravidão, herança de cargos, etc. É o aparecimento desses novos aspectos na vida social que farão estourar a gens. O surgimento do comércio que se faz evidentemente com a ida e vinda de mercadores, faz desaparecer os contornos nítidos da gens, frátrias e tribos, tanto pela presença de estrangeiros como pela compra e venda da terra, que antes era comum. Isso desequilibra a organização gentílica tanto pela perda da identidade de seus membros como pelo aparecimento do interesse comercial, que no caso, estão relacionados. Há ainda o fato, relacionado aos anteriores, do crescimento da sociedade que acaba por ultrapassar o marco da gens.

A constituição da gens é incompatível com tais fatos bem como com o sistema monetário - o dinheiro e a usura são es



tranguladores da liberdade. Daí a necessidade de alterações constitucionais e de poder. Os donos do poder econômico passam a usurpar o poder político. Institui-se uma administração central, a divisão do povo em quatro classes, delimitação territorial precisa. Para manter essa nova situação cria-se uma força pública - "que já não mais se identifica com o povo em armas" (94) da ordem gentílica - , acompanhada de um aparelhamento material correspondente as suas atividades. Para mantê-lo instituem-se impostos. Sintetizando essa alteração Engels escreve: "a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras - a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas -; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda..

Essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado" (95).

Os casos concretos analisados por Engels - Grécia, Roma, Germania - revelam que a origem do Estado pode fazer-se nos casos concretos devido a: 1) antagonismos de classes (Grécia); 2) vitória do grupo não governante (plebe) sobre os governantes convertidos em aristocracia fechada (Roma) e, 3) conquista de vastos territórios (Germania). Qualquer que seja a forma específica de seu surgimento, "o Estado não é (...), de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro... É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um

poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a contê-lo dentro dos limites da "ordem" (96).

"Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante, e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida" (97).

O Estado é sempre, segundo Engels, inevitável e invariavelmente, tanto pela sua própria origem, como pela existência estrutural da exploração de uma classe por outra, um Estado de classe. Segundo as diferentes épocas: "o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado" (98).

As variações desse modelo geral são observadas ao longo de toda a história, desde Solon até, mais recentemente, as Monarquias dos séculos XVII e XVIII, o bonapartismo e o bismarquismo (99). Com a possível exceção de Solon, o exemplo mais distante, essas variações, acabam, por revelarem-se aparentes, uma vez que as funções básicas do Estado não se alteram. Em todos os casos há uma ou mais classes materialmente beneficiadas, continuando, portanto, o Estado a ser de classe. Mais: por coincidência essa classe não é jamais - em sentido real e amplo - o proletariado.

A mais conhecida e mais amplamente estudada dessas variações, é a fórmula famosa do 18 Brumário, quando sob o reinado de Luís Bonaparte, "O Estado parece tornar-se completamente autônomo". Não obstante, Bonaparte representa uma classe - os pequenos camponeses. Seu poder - o poder do Estado - não está, portanto, suspenso no ar. A situação não é simples pois os camponeses tem um modo de produção que os mantém isolados uns dos outros, bastando-se cada família a si mesma. "Na medida em que

milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opoem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das classes da sociedade, esses milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização po-lítica, nessa exata medida não constituem uma classe. São con-sequentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de clas-se em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer a-través de uma convocação. Não podem representar-se, tem que ser representados. Seu representante tem ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sôbre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais clas-ses e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua ex-pressão final no fato de que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade" (100). A pequena propriedade do camponês era originalmente produto da decomposição do regime feudal. Sua consolidação, feita pelo primeiro Napoleão, foi uma garan-tia contra a subsistência do feudalismo. Essa mesma proprieda-de é hoje (1852) instrumento de escravizamento e pauperização. "Com a ruína progressiva da pequena propriedade, desmorona-se a estrutura do Estado erigida sôbre ela. A centralização do Estado, de que necessita a sociedade moderna, só surge das ruínas da máquina governamental burocrático-militar forjada em oposição ao feudalismo" (101). Daí o interesse dos campone-ses em elegerem Napoleão, em cujo nome viam a realização de uma idéia fixa, que estava em perigo de desaparecimento.

A burguesia, por sua vez, que tem na dispendiosa máquina estatal francesa o resumo de seus interesses materiais (102) e, cujos interesses políticos de repressão forçam o aumento dessa máquina, vê-se compelida por sua posição de classe a eliminar progressivamente o poder parlamentar reforçando o executivo. Termina por ficar sem alternativa "senão eleger Bonaparte".

O próprio Bonaparte pertence ao lumpen-proletariado.

Mas como autoridade executiva, que por receber diferentes apoios torna-se independente, vê como sua missão salvaguardar a ordem burguesa cuja força é a classe média. Entretanto só é alguém por ter quebrado o poder político dessa classe que, não tendo apesar disso abalado seu poder social - por *ele* protegido -, tem novamente gerado seu poder político. O mesmo ocorre com a burguesia: é materialmente beneficiada. Não obstante, procura estar sempre diante de uma classe como representante de outra: "gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes" (103). Esse fato não deixa de produzir seus frutos. Marx dá sua palavra final sobre o assunto em A Guerra Civil na França:

"O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por centro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ele, a descarada submissão do governo às classes possuidoras. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo de pé sua supremacia econômica sobre a classe operária; e finalmente, pretendia unir todas as classes, ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional. Em realidade era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia conseguido. O Império foi a clamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sob a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso... O poder estatal [dos impérios] que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo, (...) a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital" (104).

A fim de preservar seu poder social e a exploração sobre as demais classes, a burguesia teve que aceitar a sua

nulidade política (105). Desta forma essa "variação", esse "desvio" não altera em absoluto, segundo Marx, em seus resultados práticos a fórmula geral.

Porque e como se mantem esse domínio do Estado? Qual o seu limite? Essas questões vêm-nos imediatamente ao pensamento, quando lemos Marx, uma vez que os trabalhadores são numericamente superiores, são a esmagadora maioria da população.

O Estado bonapartista, do qual falamos acima - que tinha o poder "acima dos interesses materiais das classes sociais - não alterou as relações de produção. Não apenas isso, mas fomentou enormemente as condições, quanto ao capital, da reprodução ampliada, o que leva à reprodução geral das condições anteriores reforçando-as. Não alterando a base sobre a qual se assenta o poder social e político - a forma da apropriação da mais-valia - não os pode alterar. Por assim proceder é que Luís Napoleão consegue manter o poder aparentemente acima das classes; concretamente serve determinada classe. O segredo de sua manutenção está justamente no fato de não alterar as condições de produção da mais-valia. Havendo a reprodução econômica termos facilitada a reprodução do poder social e político existente. Numa visão global: "A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista; de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado" (106). Assim fazendo, o simples funcionamento da sociedade tende a produzir as condições de sua própria perpetuação e ampliação. Ao reproduzir constantemente os seus pilares básicos - capitalistas e assalariados - reproduz as condições primárias do jogo político, isto é, dá todas as possibilidades materiais a uns e, em princípio, nenhuma a outros: reproduz as condições elementares de dominação. O movimento de reprodução é, portando, em si mesmo, uma força de manutenção do Estado.

Um outro fator que muitos cientistas, especialmente não marxistas, consideram importante é a lei. Vamos examinar tal fato, pois nos leva a questões que acreditamos importantes. Parece-nos que o aspecto legal ou jurídico tem sido desprezado

nas interpretações do pensamento de Marx e mais ainda no marxismo posterior. Acredito, contudo que seja o aspecto mais fundamental do conjunto das ideologias da sociedade burguesa.

A lei parece, à primeira vista, fundir-se no pensamento de Marx com a força, a violência. Nos deparamos com certa constância com frases tais como: "Entre direitos iguais e opostos decide a força". "É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma pela violência". "A força é o parceiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas". "... revoluções não se fazem com leis", etc.. Em outras palavras a força parece ter primazia sobre o direito. Tal concepção, a concepção do direito da força ou do mais forte, já havia sido criticada antes de Marx (107). Teríamos nesse caso a violência pura. Só uma incompreensão excessiva do pensamento de Marx poderia negar, primeiramente o importante papel da violência, da força bruta na história; em segundo lugar - incompreensão ainda maior - seria desconhecer o fato de que a violência não é um fim em si (excetuando sádicos e loucos).

Se examinamos em seu conjunto o problema da legislação fabril, vamos observar que ela existe, num primeiro momento, segundo Marx, para cimentar a violência feita aos camponeses expropriados. Marx chega até mesmo a falar em "legislação sanguinária". Isso de fato existiu, pois no início a lei previa castigos físicos aos que a ela não se submetiam. Nas palavras de Marx: "a população rural expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura" (108). A lei é neste caso um instrumento da violência; dá cobertura à execução da necessidade de um grupo que só pode ser satisfeita pela violência, já que não se realizaria de outro modo.

Essa violência inicial, esse "terrorismo legalizado" altera-se à medida que se desenvolve a produção capitalista. "Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais eviden-

tes. A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas basta deixar o trabalhador entregue às "leis naturais da Produção", isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção, e é assegurada e perpetuada por essas condições" (109). Mas as coisas corriam de modo diverso, como vimos, durante a gênese histórica da produção capitalista. "A burguesia precisava e empregava a força do estado, para "regular o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência" (110). Temos então dois momentos. No primeiro os capitalistas procuram utilizar a legislação do Estado para conseguir seus próprios fins. No segundo momento da produção capitalista, os próprios capitalistas acreditam que a legislação fabril seja intervenção expúria nos seus direitos de exploração (111). Quando, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo generalizou a produção de mercadoria, levando-as até ao trabalho à domicílio, começou a destruir as antigas relações de família. Os pais passaram a exigir das crianças o máximo possível de trabalho. O Estado intervém então para evitar os efeitos mais nefastos da exploração capitalista. Assim sendo, "o direito das crianças tinha que ser proclamado" (112).

Na Ideologia Alemã e também em outros textos Marx indica com constância o fato de o direito (a religião, etc.) não possuírem história própria, independente. É em O Capital (vol. I), entretanto que vamos encontrar as relações jurídicas (de direito) como emanação clara, até mesmo direta no caso, de sua base material. Diz Marx, a propósito do processo de troca:

"Não é com os seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis, seus donos. As mercadorias são coisas; portanto, inermes diante do homem. Se não é dócil pode o homem empregar força, em outras palavras, apoderar-se de las. Para relacionar essas coisas, umas com as outras, como mercadorias, tem seus responsáveis de comportar-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se aposse da mercadoria do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. É mister, por isso, que reconheçam um no outro. a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é dado pela própria relação econômica" (113).

No caso específico tratado por Marx, as relações jurídicas estão "coladas" ao processo material econômico. É evidente que esferas mais distantes - códigos civil e penal por exemplo - sofrerão uma determinação menos direta, o que, entretanto, não será menos importante. Antes pelo contrário: é justamente esse fato, como veremos a seguir, que dará, segundo Marx, legitimação ao direito pois esconderá seu fundamento econômico, fazendo-o aparecer como entidade autônoma.

Temos então originalmente a violência mais grosseira e uma "legislação sanguinária" que apoia o "terrorismo legalizado". O determinante maior é a força bruta. No momento em que a economia adquire força suficiente a lei passa a ser uma espécie de epifenômeno da base econômica. Por outras palavras, a lei oscilaria entre a violência e a economia (114) sendo in defesa em relação a ambas.

A questão não se resume nisso. Caso contrário, poder-se-ia perguntar, porque então tem-se e mantém-se a lei? Por que é invocada? Por que, pelo menos aparentemente, dirige a vida social e econômica? O simples fato de aparecer em todas as esferas da vida social é indício de que deve ter uma função significativa. No artigo "A nacionalização da terra", Marx observa que "Dans le cours de l'histoire, les conquérants jugerent utile d'assurer à leurs premiers titres, obtenues de vive



force, une certaine sanction sociale, par le moyen de lois qu'ils imposèrent" (115). É justamente essa "certa aprovação social" que é necessária a qualquer regime. As mais ferozes ditaduras (a nazista e a fascista da Europa de entre guerras, por exemplo) não a dispensam, pois o terror puro não traz a "aprovação social". É necessário dizer que a lei está sendo executada; que a violência é legítima pois há infração de "princípios", etc.; que há "direitos" e deveres; que é necessário ter um padrão (infringido quando necessário) para a ação. A lei tem, portanto, uma função ideológica justificadora. A mais superficial análise demonstra que funciona como tal. Basta observarmos as tentativas de alteração da sociedade: quanto mais radicais, mais se chocam com a lei e mais esta é invocada na luta contra os alteradores. Regime algum passa sem o direito, ainda que imposto, pois a manutenção de uma ordem social qualquer pela força pura legítima por si mesma qualquer tipo de violência dos opositores. É o terror generalizado.

A lei não é, portanto, apenas a fumaça ideológica do processo histórico. (Também é evidente que sem meios de execução seria totalmente inócua). No Manifesto, falando das medidas que deveriam ser tomadas nos países mais avançados, Marx e Engels falam em imposto progressivo sobre a renda e abolição do direito de herança, que são medidas jurídicas. O primeiro passo, entretanto é a expropriação da terra, que também aparece num outro texto - "Resoluções do primeiro congresso da A.I.T." -, como uma ação mediada por uma legislação imposta pelos trabalhadores através do "poder do Estado", como vimos (116).

Engels falando da ideologia e exemplificando justamente com o direito de herança, faz uma observação que coloca muito bem a exata relação desses dois termos da vida social. Diz ele:

"O reflexo das relações econômicas, sob a forma de princípios jurídicos, leva também, necessariamente a uma inversão: opera-se sem que os que o elaboram tenham consciência disso; o jurista acredita manejar normas estabelecidas a priori, sem se dar conta de que essas normas nada mais são que simples

reflexos econômicos: vê assim as coisas sob uma forma invertida. Enquanto não a percebemos, essa inersão constitui o que chamamos concepção ideológica e repercute sobre a base econômica, podendo mesmo modificá-la dentro de certos limites. Isso para mim é uma coisa evidente. A base do direito de herança, admitindo-se a mesma etapa de desenvolvimento da família, é uma base econômica. No entanto será difícil demonstrar que, por exemplo, a liberdade absoluta de legar em testamento na Inglaterra e suas grandes limitações na França respondem, em todas as suas minúcias, a causas puramente econômicas. E qualquer desses sistemas repercute de maneira considerável sobre a economia, visto que ambos influem na partilha de bens" (117). Diz ainda Engels sobre o direito civil que embora "se limite a exprimir em forma jurídica as condições econômicas da vida da sociedade, pode fazê-lo bem ou mal, segundo o caso" (118).

Não obstante tudo o que foi dito, o fator fundamental que dá força ao direito na sociedade capitalista, é que ele é um direito igual para todos. Sob suas asas não há - formalmente - exceções. Aqui reside, segundo Marx, todo o seu fundamento ideológico. Esse princípio geral do direito burguês que se assenta na sua "racionalidade interna" evidencia a grande aberração que é, pois o direito igual nessa sociedade é aplicado a pessoas que não o são, devido a profundas diferenças, não apenas individuais mas, principalmente, sócio-econômicas. Esse direito, essa lei, é, portanto, no fundo, "o direito da desigualdade". Assim é que ele cumpre a sua função.

"O direito, diz Marx, não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado" (119). Só quando o horizonte estreito da economia e sociedade burguesa for superado é que esse direito tornar-se-á obsoleto. Então a sociedade poderá adotar um "direito desigual" que respeita todos os membros da sociedade e que pode ser expresso, em essência, na seguinte frase: "Dê a cada qual segundo sua capacidade; a cada qual segundo suas necessidades".

Esse aspecto legal é a meu ver fundamental para a ação do e no Estado capitalista. É o que legitima sua existência, tanto porque - proporcionando "direito igual" - apare

ce como o justiceiro imparcial de todo o povo, mascarando as realidades econômicas, como porque pode invocar esse aparato legal para impor a "ordem", através de meios apropriados, onde se fizer necessário. (Uma revolta ou revolução está por princípio condenada já que é um desrespeito à lei). Essas características são específicas do Estado moderno, pois o Antigo e o Feudal mantinham legalmente, diferenças entre os cidadãos.

A lei exerce em si mesma uma repressão psíquica que aparece nos indivíduos com o processo geral de aprendizagem social (socialização); assim é que a ideologia da classe dominante se faz ideologia dominante: os indivíduos fazem seus, de um modo geral, os princípios gerais da sociedade. Pode-se afirmar que internalizam esses princípios e nessa medida sustentam as estruturas sociais.

Entre os veículos concretos dessa repressão psíquica está a educação escolar. No princípio do capitalismo, a educação não era sequer ministrada, o que cortava toda oportunidade de libertação da condição social em que os operários se encontravam. Esse fato é conscientemente formulado pelos industriais. Um deles diz: "Pelo que posso verificar, é um mal a maior dose de educação recebida pelos trabalhadores nos últimos anos. É perigoso porque os torna independentes" (120). Isso evidentemente quando existia educação, pois ocorria com frequência, "os certificados de frequência à escola, subscritos com uma cruz por professores ou professoras que não sabiam ler" (121). De uma forma geral podemos dizer que ainda quando há educação ela é ministrada como reforço à ordem estabelecida. Toda experiência de Sócrates até hoje, tem demonstrado tal fato de maneira cabal, ainda que nem todos bebam cicuta (122).

A religião e a moral são outros fatores que têm funcionado, segundo Marx, dentro do conjunto ideológico da sociedade capitalista como mantenedoras da sua ordem.

## NOTAS

- 1) Isso não transparece apenas na sua obra, mas também na sua militância política. Sua disputa com Bakunin e sua atitude em relação à união do Partido Operário Social-Democrata com os lassalianos, mostram que jamais fez concessões de princípio. Como verificou-se posteriormente Bakunin tinha suas relações com o Czar e o programa de Gotha foi um fracasso.
- 2) Cf Lefebvre La Pensée de Karl Marx, Paris, Bordas Cf também Sweezy, Socialismo, Rio, 1967, Zahar, pg. 116. É bom que se diga que Marx, apesar de pertencer ao grupo dos hegelianos de esquerda, não era ao sair da universidade, um comunista. Já mesmo, entretanto, já estava ligado aos movimentos literários libertários, isto é, já apresentava as tendências em direção as quais encaminhar-se-ia. Dois lustros antes de sua morte Marx dirá: "Non, je ne me retire pas de l'Internationale, et tout le reste de ma vie sera, comme tous mes efforts du passé, voué au triomphe des idées sociales qui entraîneront un jour - soyez en persuadés - le règne mondial du prolétariat" em Karl Marx, Oeuvre Economie I, apud Rubel, "chronologie de Marx" pg. CLII. Sobre o desenvolvimento das suas idéias pode-se ver Cornu, Carlos Marx y Frederico Engels, B.A., 1965, Platina/Stilco-graf, e Mandel, A formação do pensamento Econômico de Karl Marx, Rio, 1968, Zahar. Na desta última edição revista em 1970, publicada pela Maspero, Paris.
- 3) Se se quiser privilegiar algum texto que se privilegie os publicados contra os não publicados. Mesmo assim veremos que a Ideologia Alemã só não foi publicada por falta de editor. Se há uma "ruptura", como se tem ultimamente acreditado, é difícil, senão impossível precisá-la. Quem lê em ordem os Manuscritos, A Ideologia Alemã, A Miséria da Filosofia, O Manifesto, A Crítica, O Capital, vê que há um aumento progressivo de rigor, mas jamais alteração de propósito, ou passagem brusca de uma concepção a outra. Mais adiante veremos como se formou progressivamente a concepção materialista da história.
- 4) Rubel nota sobre o volume I de O Capital, ter Marx dito a seu respeito, que é um "tout achevé" e acrescenta "c'est-à-dire que cette publication, séparée des Livres II et III à venir, se justifiait théoriquement. (...) que ce "premier" Livre contienne, en virtualité et en substance, le "dernier", la conclusion". Em "Introduction" a Oeuvres de Karl Marx, Economie II, Paris, 1968, Gallimard, pg. CXVIII.
- 5) Sem que concorde com outras observações de R. Tucker, no seu, Karl Marx: Filosofia e Mito, Rio, 1963, Zahar, pg. 226-227, chama a atenção para o fato de que seus livros são eles mesmos críticas ou se subtítulo indica que são críticas aos assuntos tratados.
- 6) Essa sociologia do Conhecimento pode ser encontrada também por todo O Capital, Rio, 1968, Civilização Brasileira, pgs. 68, 375, 399, 400, 418, 425, 444, 666, 708.

- 7) L'Idéologie Allemande, Paris, 1971, Éd. Sociales, pg. 51.
- 8) Idem, pg. 44.
- 9) Cf. Rubel, Op. Cit., Économie I, pg. 1602, nota 1 da pg. 274. O texto encontra-se em Marx & Engels, Obras Escolhidas vol. 2, Rio, 1961, Vitória, pg. 293.
- 10) Misère de la Philosophie, em Rubel, Op. Cit. I, pg. 79
- 11) Os norte-americanos, com poucas exceções além dos marxistas, primam por interpretações rasteiras e de segunda mão. N. Timasheff, Teoria Sociológica, Rio, 1965, Zahar, acredita, sem mais, que o postulado fundamental de Marx é o determinismo econômico e para toda interpretação que faz do pensamento de Marx a única obra que cita é A Origem da Família... de Engels. Já num outro sentido R. Tucker, Op. Cit. acredita, por exemplo, que Marx está preocupado com a teologia econômica, que O Capital "trata do capitalismo como um fenômeno semi-religioso" (225-6); que a descrição da tragédia do proletariado pode ser relacionada ao fato de "que seu autor (de O Capital) foi durante toda a vida um admirador da tragédia esquiliana e Shakespeariana" (226). Só não disse, como fez o autor de Tudo começou com Marx, que Marx deixava crescer a barba, para não aparecer a gravata. A verdade é que não se lê Marx naquele país. Schumpeter acredita descobrir o motivo disso no fato de que os textos de Marx são no geral pouco sistemáticos e difíceis para o uso acadêmico.
- 12) Misère de la Philosophie, pg. 78-9.
- 13) Cf. Carta de Engels a Starkenburg, 25 de janeiro de 1894, em Obras Escolhidas, vol. 3, Rio, 1963, Vitória pg. 299 e a Bloch, 21/22 de setembro de 1890, Idem, pgs. 284-5. Em O 18 Brumário, Rio, 1969, Paz e Terra, pg. 17, Marx faz observação semelhante.
- 14) Critique de L'Économie Politique, em Rubel I, pgs. 272-274
- 15) A Sociologia de Marx, S.P., 1960, Anhembi, pg. 105.
- 16) Althusser dirá com razão que cada instância tem seu tempo histórico próprio. Lire le Capital I, "L'Objet du Capital", cap. IV.
- 17) F. Fernandes, Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada, S.P., 1971, Pioneira, pg. 317.
- 18) Esse ponto que as vezes tem sido negado (por Lefebvre em O Marxismo, S.P., 1963, Difusão Européia, pg. 108 e por Sweezy em Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Rio, 1962, Zahar, pg. 47, que privilegia uma frase da Miseria da Filosofia por exemplo) é confirmado por Marx em diversos textos: Misère de la Philosophie, pg. 136; Crítica do Programa de Gotha em Obras Escolhidas, 2, pg. 224; Manifesto, final da parte II e A Guerra Civil na França, em Obras Escolhidas, 2, pg. 58. Não obstante Engels em Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, Obras Escolhidas, 3 pg. 173, contradiz Marx. Apoiando-se em Hegel, faz do perpétuo vir-a-ser das coisas por ele demonstrado, único postulado que está constantemente de pé.

- 7) L'Idéologie Allemande, Paris, 1971, Éd. Sociales, pg. 51.
- 8) Idem, pg. 44.
- 9) Cf. Rubel, Op. Cit., Économie I, pg. 1602, nota 1 da pg. 274. O texto encontra-se em Marx & Engels, Obras Escolhidas vol. 2, Rio, 1961, Vitória, pg. 293.
- 10) Misère de la Philosophie, em Rubel, Op. Cit. I, pg. 79
- 11) Os norte-americanos, com poucas exceções além dos marxistas, primam por interpretações rasteiras e de segunda mão. N. Timasheff, Teoria Sociológica, Rio, 1965, Zahar, acredita, sem mais, que o postulado fundamental de Marx é o determinismo econômico e para toda interpretação que faz do pensamento de Marx a única obra que cita é A Origem da Família... de Engels. Já num outro sentido R. Tucker, Op. Cit. acredita, por exemplo, que Marx está preocupado com a teologia econômica, que O Capital "trata do capitalismo como um fenômeno semi-religioso" (225-6); que a descrição da tragédia do proletariado pode ser relacionada ao fato de "que seu autor (de O Capital) foi durante toda a vida um admirador da tragédia esquiliana e Shakespeariana" (226). Só não disse, como fez o autor de Tudo começou com Marx, que Marx deixava crescer a barba, para não aparecer a gravata. A verdade é que não se lê Marx naquele país. Schumpeter acredita descobrir o motivo disso no fato de que os textos de Marx são no geral pouco sistemáticos e difíceis para o uso acadêmico.
- 12) Misère de la Philosophie, pg. 78-9.
- 13) Cf. Carta de Engels a Starkenburg, 25 de janeiro de 1894, em Obras Escolhidas, vol. 3, Rio, 1963, Vitória pg. 299 e a Bloch, 21/22 de setembro de 1890, Idem, pgs. 284-5. Em O 18 Brumário, Rio, 1969, Paz e Terra, pg. 17, Marx faz observação semelhante.
- 14) Critique de L'Économie Politique, em Rubel I, pgs. 272-274
- 15) A Sociologia de Marx, S.P., 1960, Anhembi, pg. 105.
- 16) Althusser dirá com razão que cada instância tem seu tempo histórico próprio. Lire le Capital I, "L'Objet du Capital", cap. IV.
- 17) F. Fernandes, Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada, S.P., 1971, Pioneira, pg. 317.
- 18) Esse ponto que as vezes tem sido negado (por Lefebvre em O Marxismo, S.P., 1963, Difusão Européia, pg. 108 e por Sweezy em Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Rio, 1962, Zahar, pg. 47, que privilegia uma frase da Miseria da Filosofia por exemplo) é confirmado por Marx em diversos textos: Misère de la Philosophie, pg. 136; Crítica do Programa de Gotha em Obras Escolhidas, 2, pg. 224; Manifesto, final da parte II e A Guerra Civil na França, em Obras Escolhidas, 2, pg. 58. Não obstante Engels em Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, Obras Escolhidas, 3 pg. 173, contradiz Marx. Apoiando-se em Hegel, faz do perpétuo vir-a-ser das coisas por ele demonstrado, único postulado que está constantemente de pé.

- 20) Marcuse, Razão e Revolução, Rio, 1969, Saga, pg. 264.
- 21) Idem, idem cf. também pg. 132. O Capitalismo I, pg. 17; Engels, Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã, op. cit. Veja também F. Fernandes, Ensaio de Sociologia, 1971, pg. 301 e seguintes.
- 22) "Na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópios nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios" O Capital, pg. 4. "As tendências gerais e necessárias do capital devem ser distinguidas de suas formas de manifestação" Idem, pg. 364
- 23) O Capital, I, pg. 16. Cornu cita a seguinte frase de Marx: "casi no es necesario asegurar al lector familiarizado con la economía política que los resultados por mí alcanzados fueron logrados por medio de un análisis completamente empírico basado en un estudio crítico concienzado de la economía política" Carlos Marx e Frederico Engels, BA., 1965, Platina/stilcograf, pg. 658-9.
- 24) Evidentemente isso não significa empirismo, cuja característica é confundir o pensamento com a realidade, isto é, acreditar ter no pensamento os objetos sensíveis.
- 25) Cf. O Capital, I, pg. 334, nota 175. Fato que também indica o que afirmamos é o de Marx ter sempre procurado colocar seus programas de ação de acordo com as circunstâncias do país em que deveriam ser aplicados. Veja por exemplo, Manifesto, em Rubel I, pg. 182, Crítica do Programa de Gotha, pg. 223; a carta de Engels ao Conselho Federal Espanhol da A.I.T., em Marx and Engels Selected Correspondence, Moscou, 1955, Progress Publishers, pg. 259; e, as "Resoluções do III congresso da A.I.T." em Karl Marx, Friedrich Engels, Le Syndicalisme, I (org. por R. Dangeville), Paris, 1972, Marpen, pg. 71; veja também pg. 73. Que não se replique que uma coisa é a teoria e outra a prática, pois estamos diante de um pensador que não as separa. Uma filosofia que se propõe transformar o mundo não pode deixar de observá-lo. Cf. também Engels "O problema camponês na França e Alemanha". Obras Escolhidas, 3, pg. 241 e Anti-Dühring, Paris, 1971, Ed. Sociales, pg. 125 e seguintes.
- 26) "A Economia Política parte do fato, propriedade privada. Ela não nos explica sua existência. Ela exprime o processo material descrito, na realidade, pela propriedade privada, em fórmulas gerais e abstratas, que em seguida tomam para ela o valor de leis. Ela não compreende essas leis, isto é, não mostra como estas resultam da essência da propriedade privada. A Economia Política não nos oferece uma explicação sobre o motivo da separação entre o trabalho e o capital, entre o capital e a terra. Quando ela determina, por exemplo, a relação entre o salário e o lucro do capital, o que considera como razão essencial é o interesse dos capitalistas; ou seja o que ela supõe que seja a finalidade de seu desenvolvimento. Do mesmo modo a concorrência aparece em qualquer campo. Ela se explica em razão de circunstâncias externas. Em que medida essas circunstâncias externas, aparentemente contingentes, constituem expressão de um desenvolvimento inevitável, a Economia Política não nos ensina" Economia Política e Filosofia (Manuscritos Econômicos-Filosóficos), Rio, 1963, Mel-

- so, pg. 317-318.
- 27) Misère de la Philosophie, pg. 88.
  - 28) O Capital, I, Pg. 831.
  - 29) Idem, pg. 829. Veja também German Ideology, Moscou 1968, Progress Publishers, pg. 24, onde já se encontra contido esse pensamento.
  - 30) Idem, 831.
  - 31) Idem, pg. 833
  - 32) Idem, pg. 837
  - 33) O Capital, I, pg. 840
  - 34) Idem, pg. 850
  - 35) Idem, pg. 854. A descrição mais recente que faz M. Bobb não é menos cruel, parece-me mais bem detalhada ainda que a de Marx, embora menos indignada. Cf. Op. Cit. pg. 275 e seguintes.
  - 36) Idem, pg. 854.
  - 37) Idem, idem. O Estado participa na origem da produção capitalista para regular os salários e permitir a mais-valia: dita o salário máximo e não o mínimo (pg. 854). Faz também da coligação dos trabalhadores um crime (pg. 856).
  - 38) Idem, idem
  - 39) Idem, pg. 830
  - 40) Idem, pg. 830
  - 41) Marx opõe industrial a agrícola, mas como nota, "o arrendatário agrícola se inclui na categoria de capitalista industrial, do mesmo modo que o fabricante". O Capital, pg. 867, nota 283. "Hoje o latifundiário não é mais que o sócio comanditário do capitalista" diz em A guerra Civil na França, pg. 86. "Os capitalistas industriais (...) representam todos os outros". O Capital II, Rio, 1970, Civilização Brasileira, pg. 449. "Só a indústria moderna, com as máquinas, proporciona a base sólida da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria dos habitantes do campo e consome a dissociação entre agricultura e indústria rural cujas raízes, a fiação e a tecelagem, são extirpadas. Por isso, só ela consegue se apoderar do mercado interno por inteiro para o capital industrial" O Capital I, pg. 866.
  - 42) O Capital I, pg. 830. "...desde o momento mesmo em que nasceu, a burguesia conduzia em suas entranhas sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofício das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformavam-se em proletários" F. Engels, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, em Obras Escolhidas 2, Rio, 1961, Vitória, pg. 306.
  - 43) Idem, pg. 830
  - 44) Idem, pg. 867.



- 45) As colônias eram exploradas tanto fisicamente quanto como mercados consumidores.
- 46) "As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caça lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista" O Capital I, pg. 868.
- 47) Cf. Sombart, Le Bourgeois, Paris, 1966, Payot, pf. 267 e seguintes, que mostra o Estado como uma forma de empresa, patrocinando inclusive a pirataria.
- 48) O Capital, I, pg. 370.
- 49) Idem, pg. 384.
- 50) Idem, pg. 660.
- 51) Idem, pg. 664.
- 52) Idem, pgs. 189, 830.
- 53) Idem, pgs. 189, 190.
- 54) Idem, pg. 828.
- 55) O Capital, II, pg. 365.
- 56) O Capital, I, cap. IV.
- 57) Isso ocorre tanto por semelhança - ambas desejam o poder político, - como por diferença - suas situações no processo produtivo.
- 58) Misère de la Philosophie, pg. 90.
- 59) Le Manifeste Communiste, pg. 161.
- 60) O Capital, I, pg. 165 e 166.
- 61) Idem, pg. 167-168
- 62) Idem, pg. 170.
- 63) Idem, pg. 180.
- 64) Idem, pg. 183.
- 65) Idem, pg. 187.
- 66) Idem, pg. 188.
- 67) Idem, pg. 204.
- 68) Idem, pg. 242-243.
- 69) Idem, pg. 190, nota 41.
- 70) Idem, pg. 218.
- 71) Idem, pg. 222.
- 72) "Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção, um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de Produção" O Capital, I, pg. 265. A diferença das formas onde pre-

- domina o capital, das anteriores, é que nesta, predominando o valor de troca há cobiça desmesurada de mais-valia.
- 73) A mais-valia também pode ser aumentada de outras formas, como por exemplo, através do aumento da intensidade do trabalho
- 74) O Capital, I, pg. 329.
- 75) Idem, pg. 308.
- 76) Não a dialética de um objeto particular. A mercadoria, por exemplo pode, ao passar da circulação simples à circulação capitalista, transformar-se de troca de produtos diferentes em equivalentes, portanto, passar a ser seu exato contrário na circulação capitalista. Veja Anti-Dühring, Paris, 1971, Éditions Sociales, pg. 191. A análise que Marx faz em O 18 Brumário mostra bem o que é a dialética histórica.
- 77) O Capital, I, pg. 489.
- 78) Idem, pg. 499. Engels antes de endoçar o que Marx diz observa: "É a força propulsora da anarquia social da produção que converte a capacidade infinita de aperfeiçoamento das máquinas, num preceito imperativo, que obriga todo capitalista industrial a melhorar continuamente a sua maquinaria sob pena de perecer" Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Obras Escolhidas 2, pg. 328.
- 79) Hoje o chomage e a operação tartaruga substitui a ludite.
- 80) O Capital, I, pg. 490-491. Engels indica claramente esse fato no Anti-Dühring, pg. 134.
- 81) Veja seu plano para um trabalho sobre o Estado moderno em The German Ideology, Moscou, 1968, Progress Publishers, pg. 669.
- 82) Que aparecem sobretudo no Manifesto, e nos escritos históricos, mas cujas características não são sistematicamente especificadas.
- 83) A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Rio, 1964, Vitoria, pg. 137. Anti-Dühring, op. cit., pg. 317.
- 84) O Capital, III, apud Rubel, Pages de Karl Marx 1, Sociologie Critique, Paris, 1970, Payot, pgs. 152-153.
- 85) "Resolutions du premier congress de l'A.I.T." em Rubel Oeuvre de Karl Marx, I, pg. 1468.
- 86) Com a alteração da forma em que é retirada a mais-valia altera-se a organização política; com a sua supressão (apropriação social) o Estado extingue-se
- 87) O Capital, I, pg. 869. Veja também carta de Engels a Schmidt de 5 de outubro 1890, em Obras Escolhidas, 3, pg. 291
- 88) The Condition of the Working-Class in England, em Marx e Engels On Britain, Moscou, 1962, Foreign Languages Publishing House, pg. 314-315. Em 1891 escreverá: "o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia"... prefácio à Guerra Civil na França, de Marx, em Obras Escolhidas, 2, pg. 53.
- 89) Cornu, Op. Cit, pg. 495.
- 90) Idem, pg. 136.
- 91) Idem, pg. 163.

- 92) Em 1891 Engels dirá: "... o Estado não é mais que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na república democrática como sob a monarquia; e no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe". Introdução a "A Guerra Civil na França", de Marx, Obras Escolhidas, 2, pg. 53.
- 93) Origem da Família..., pgs. 72-73.
- 94) Idem, pg. 136.
- 95) Idem, pg. 87-88. É evidente que o fato não se dá assim abruptamente. Engels usa uma linguagem enfática aqui. Na página 92 diz, analisando o caso ateniense: "o Estado se desenvolvia sem ser notado".
- 96) Idem, pg. 133-136.
- 97) Idem, pg. 137.
- 98) Idem, idem. cf. também, Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, Obras Escolhidas, 2, pg. 332.
- 99) Idem, pg. 92-93, 137.
- 100) O 18 Brumário, pg. 115-116
- 101) Idem, 122. Engels nota que o camponês "representa (...) um vestígio de um modo de produção próprios de épocas passadas (...) um modo de produção já caduco (...), irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário". Cf. "O problema camponês na França e na Alemanha", em Obras Escolhidas, 3, pg. 227-8.
- 102) Postos para sua população excedente e compensação em vencimentos do que não podia embolsar sob a forma de juros, lucros, etc. Idem, pg. 59.
- 103) Idem, pg. 124.
- 104) Em Obras Escolhidas, 2, pg. 82. Veja também as observações de Engels na "Introdução" do mesmo livro, pg. 46.
- 105) O 18 Brumário, pg. 63.
- 106) O Capital, I, 673.
- 107) "Se se impõe obedecer pela força, não se tem necessidade de obedecer por dever, e, se não se for mais forçado a obedecer, já não se estará mais obrigado a fazê-lo. Vê-se, pois que a palavra direito <sup>nao</sup> acrescenta a força - nesse passo, não significa absolutamente nada" Rousseau, Do Contrato Social, S.P., 1973, Ed. Abril, pg. 32.
- 108) A réplica de Marx que poderia ser citada para mostrar a ausência de importância do direito, segundo a qual o direito do mais forte é também um direito, é a seguinte: "Tout ce que les économistes soupçonnent, c'est que la production est plus facile avec la police moderne qu'au temps du droit féodal (Faustrecht). Ils oublient seulement que le Faustrecht (le droit du plus fort) est lui aussi un droit, et que ce droit, du plus fort se perpétue sous une autre forme dans leur "Etat fondé sur le droit" (Introduction Générale à la Critique de L'Économie Politique, em Rubel, I, pg. 240-241),

que não contradiz - antes confirma - a sua explicação geral de que a violência inicial é substituída por um direito, com aspas, mas de qualquer forma importante, como veremos a seguir.

- 109) Na Misère de la Philosophie, Marx já observara: "... il faut être dépourvu de toute connaissance historique pour ignorer que ce sont les souverains, de tout temps, qui ont subi les conditions économiques, mais que ce ne sont jamais eux qui leur ont fait la loi. La législation tant politique que civile ne fait que prononcer, verbaliser le vouloir des rapports économiques". pg. 55.
- 110) O Capital, I, pgs. 854-855.
- 111) Idem, pg. 559.
- 112) Idem, pg. 560.
- 113) Idem, pgs. 94-95. Em nota Marx critica Proudhon por dar ênfase excessiva às relações jurídicas, apoiando-se nelas. Veja a descrição que faz Engels do processo que vimos descrevendo na Contribuição ao problema da habitação, em Obras Escolhidas, 2, pgs. 174-175.
- 114) Engels sem desmentir Marx coloca a questão da violência de forma diferente, enfatizando que: 1) para que haja violência (sob a forma de roubo), a propriedade privada deve já existir, e 2) os próprios instrumentos da violência dependem do desenvolvimento econômico. Veja Anti-Düring, pgs. 187-212.
- 115) Em Rubel, I, 1466.
- 116) Veja também O Capital I, pg. 575. Engels, falando do problema camponês na França e Alemanha nota que a perda dos bens comunais deste foi feita também "por meio de uma legislação burocrática liberal, inspirada no Direito Romano", Obras Escolhidas, 3, pg. 227.
- 117) Engels a Schmidt, 15 de outubro de 1890, Obras Escolhidas, 3, pg. 290.
- 118) Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, em Obras Escolhidas, 3, pg. 202.
- 119) Crítica do programa de Gotha, em Obras Escolhidas, 2, pg. 216.
- 120) O Capital, I, pg. 459, nota 141.
- 121) Idem, pg. 456.
- 122) O que estamos afirmando pode ser comprovado pelas análises "objetivas" (positivistas) do processo educativo, que deixam transparecer nitidamente o caráter conservador da educação. A definição de Durkheim, por exemplo, é significativa: "A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmen

te, se destine" (Educação e Sociologia, S.P. 1965, Melhoramentos, pg. 41). Durkheim acerta em função das regras de seu método, e de centrar tudo sobre a noção de fato social, que pretende seja objetivo: pura exterioridade. Acerta, mas não vai além de certo limite: a constatação do fato. Toma a sociedade como boa a priori e daí conclui tudo o mais. Isso nos mostra que procurar eliminar os valores, os fins, etc., da análise deu e sempre dará nisso: justificação implícita (na melhor hipótese) da ordem social estudada. Dewey, por exemplo, que não dispensa a utilidade e a noção de finalidade, ainda que seja finalidade em si mesma da educação, apesar de em certo sentido defini-la como Durkheim, não deixa de incluir em sua definição certo elemento progressista, de superação de determinada etapa da vida. Cf. Democracia e Educação, S.P., 1959, Nacional.

## III

Procuramos expor o mais clara e fielmente possível o pensamento do autor estudado. É evidente que toda leitura e toda citação trazem em si mesmas uma interpretação. Se é verdade que, como diz Merleau-Ponty, nós não coincidimos nem conosco mesmos, a dificuldade aumenta quando se trata dos outros. É possível ver divergências entre Marx e Engels, cujas obras são geminadas, que gastaram toda uma vida juntos no mesmo trabalho. É verdade, também, que não se pode ler um autor do passado literalmente em relação ao presente. Isso não significa entretanto, que se deva "ler nas entrelinhas o que o autor nega expressamente nas linhas" (1). No caso do autor com o qual trabalhamos, acreditamos ser mais produtivo ser fiéis às suas próprias linhas. Estudos posteriores, ou mesmo contemporâneos ao autor mas de outras regiões, poderão apresentar diferenças em relação às suas proposições gerais de análise da realidade. Isso não tem que significar, entretanto, a invalidação (embora possa também fazê-lo) da teoria: era regra de conduta de Marx e Engels (veja a nota 25 da parte II) o respeito às diferenças regionais de desenvolvimento social. Isso ocorre de tal forma que - confessadamente ou não dificilmente se encontra um autor que não aceite as proposições científicas de Marx (sintetizadas no final desta conclusão). Nesse sentido podemos dizer que Marx desvendou algumas das condições básicas da existência do mundo moderno e enquanto essas condições não desaparecerem o marxismo como parte da explicação não desaparecerá (razão porque o estudamos parcialmente agora). A leitura de Marx (bem como a de Weber e Durkheim por exemplo) é contemporânea por essa razão e não por causa de uma leitura "Symptomale" - que não deixa de ser rica e significativa - mas que como qualquer outra leitura é, em relação ao autor, mais uma leitura. A riqueza do pensamento de Marx aparece claramente a qualquer leitor. Suas análises concretas, seus princípios para a análise da realidade continuam válidos, utilizáveis em suas linhas essenciais. Mas Napoleão III era Napoleão III e não político algum de qualquer lugar; o aparecimento das classes analisa-

do por Marx foi o observado na Inglaterra e só lá. Entretanto, no primeiro como no segundo caso a generalização das análises leva-nos mais facilmente à explicação de outras realidades empíricas, isto é, o Estado tem sempre uma significação e importância precisas e a formação das classes possui traços comuns nas diferentes sociedades. Basta observarmos o que diz sobre o Estado um autor não marxista e que parece ter lido pouco Marx (o que demonstra que a própria análise da realidade, independente do conhecimento prévio do marxismo pode levar à conclusões semelhantes em certos aspectos), J.K. Galbraith, por exemplo - "O Estado (...) se aproxima de um comitê executivo da grande organização produtora - da tecnoestrutura" (2) - para nos certificarmos disso. Em outras palavras: queiramos ou não, sejamos ou não marxistas, movemo-nos parcialmente no conjunto de questões pensadas por Marx - mas colocadas pela própria realidade do mundo moderno. Em algumas das questões colocadas por Marx o cientista social permanecerá até que a realidade passe a ser de outra natureza e um novo conjunto de questões seja objeto de estudo numa nova realidade social. Isso é tão verdadeiro que autores não marxistas, como por exemplo Schumpeter, Mannheim, Bottomore, Rubel, consideram Marx como o fundador da Sociologia, da Ciência Política e de vários outros setores do conhecimento da sociedade. A validade do pensamento de Marx está nestes fatos (na colocação em relevo de questões centrais das Ciências Sociais) e no método empregado, e não num corpo concreto de conhecimentos, definitivamente estabelecidos independentemente da realidade (Marx e Engels não atribuíram um caráter absoluto aos seus estudos como pretendem certos seguidores). A realidade é a fonte primária de tudo, sendo o próprio pensamento de Marx uma parte dela.

Como vimos, Marx não separava teoria e prática. Reconhecia as diferenças das diversas realidades empíricas, vendo-as como fluxos. Não separando teoria e prática, privilegiava a ação: a tarefa dos filósofos não era mais interpretar o mundo apenas, mas transformá-lo. É aqui que vemos a importância de se retirar a unidade de sua obra da "coerência de propósitos". Num mundo em perpétuo movimento a coerência de propósitos é a única forma de se conseguir estabilidade na ação. Numa realidade cujo desenvolvimento é dialético, e à qual nos devemos prender ao máximo -

para agir adequadamente, a questão fundamental é não se descuidarem os agentes dos objetivos aos quais se propõem. Isso pode dar a impressão de que a ciência está separada dos objetivos, ou a teoria da prática, mas não. Há uma relação de interpretação (dialética) pois os objetivos não se desligam dos meios de sua execução; esses meios por sua vez definem mais claramente os objetivos. A "objetividade" vem precisamente do saber ver a inter-relação desses dois termos, pois os objetivos sozinhos nos levam à puras utopias (no sentido do irrealizável), só os meios à eficiência tecnocrática. A ação para ser eficaz deve partir das próprias possibilidades da realidade e a partir daí caminhar no sentido da construção dos objetivos visados. É a coerência de propósitos que nos vai dar a possibilidade de união desses dois termos. Nesse mundo em constante alteração (em contradição consigo mesmo) as ações podem, e muitas vezes devem, ser contraditórias em função de um mesmo objetivo. Isso não significa concessão em matéria de princípios (nem Marx nem qualquer outro épigono que se prezava as fizeram); pelo contrário, significa que é em nome dos mesmos princípios que ora se realiza uma ação ora outra (de sentido aparentemente contrário), porque para se chegar aos objetivos leva-se em conta, necessariamente, a realidade presente e não apenas os objetivos. Os princípios são os objetivos sempre presentes que a ação concreta visa a apressar partindo de uma realidade mutável. Sem a coerência de propósitos perdemos-nos ou nos princípios puros ou no caos da realidade empírica. A coerência deve dar-se em termos do propósito e não em termos das ações em si, tomadas isoladamente. A ação deve estar presa a realidade concreta refletindo necessidades imediatas. Em cada ação particular e dispar é necessário, entretanto, não se perder o objetivo final (3). Dito de outra forma: quando a coerência de propósito existe ela transparece em cada ação particular. A coerência de propósitos nos dá, segundo Marx, essa flexibilidade: não perdemos os objetivos e não deixamos de nos ligar à realidade para a ação adequada, segundo os diferentes momentos que esta apresenta.

Se os políticos práticos levassem a termo esse preceito evitariam a contradição ao nível pessoal e veriam mais claramente tanto seus próprios objetivos quanto a realidade que vivem.



Marx foi como dissemos, um crítico vigoroso de tudo quanto via. Para ele a aparência e a essência das coisas não se confundiam e a ciência tinha a função de revelar essa essência, frequentemente escondida. Com efeito, Marx vai mostrar nos seus trabalhos a inversão que se processava no pensamento alemão, especialmente em Hegel, e nos jovens hegelianos, para quem "o processo de pensamento" transformado em "sujeito autônomo (...) é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa". Marx, ao contrário, não vê no ideal nada mais que "o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado" (4). Destacamos com mais detalhes (e outros textos) este processo anteriormente (parte II, 1). Voltamos agora a ele para mostrar que no próprio O Capital as proposições de Marx quanto ao "materialismo histórico" e a epistemologia de le decorrente nada tem de mecânico, deixando aberta, por isso a possibilidade da ação consciente do homem. Sem entrar a fundo na epistemologia de Marx (só abordando-a na medida de sua relação com as possibilidades de ação), gostaríamos de notar que a frase acima citada indica que Marx dá um lugar adequado à subjetividade, ao conhecimento, não pretendendo, como o acusa Sartre, pelo menos aqui, um saber absoluto. Marx realmente oscila em diferentes textos entre um saber que se pretende absoluto, na Ideologia Alemã, e um saber que reconhece as dificuldades e especificidade do seu objeto, um saber preso a realidade social concreta, em O Capital. Na Ideologia Alemã Marx fala de "representação da atividade prática", "ciência positiva e real", que tomariam o lugar das nebulosas representações ideológicas dos jovens hegelianos. Com o advento da sociedade socialista todas as coisas estariam nos seus eixos. Nesta nova sociedade todas as coisas poderiam ser descritas exatamente como são em sua totalidade. O "conhecimento real" estaria na descrição da atividade prática sendo a filosofia supérflua. Haveria uma desmistificação total tanto dos sujeitos entre si como desses em relação aos objetos. Já em O Capital Marx parece ter perdido, quanto ao conhecimento, os impulsos para absolutos de sua juventude. Reconheceu aí, que os físicos "estão mais livres de influências perturbadoras" e que "a história humana se distingue da história natural por termos feito uma e não termos feito outra" (5). Daqui podemos retirar con

clusões importantes para a posição de Marx, tanto em relação à epistemologia, como ao determinismo.

Sartre notou que "há duas maneiras de se cair no idealismo: uma consiste em dissolver o real na subjetividade, e a outra em negar toda subjetividade real em proveito da objetividade" (6). Acreditamos que Marx livra-se de ambas as formas: não nega a subjetividade: o homem "interpreta" a realidade material; não dissolve o real na subjetividade: o homem tem na cabeça "material transposto" da realidade. A subjetividade seria assim, como para Sartre, apenas um momento em que o sujeito pensa ("interpreta") o mundo objetivo. A subjetividade (consciência, conhecimento) existe - em relação a ação, fonte da própria subjetividade - como ponto de partida para o sujeito; é ignorada pela realidade enquanto nela não mergulha: a subjetividade pura evapora-se. Esse tipo de relação entre o mundo material e o subjetivo talvez seja mais importante para o materialismo histórico de que um estreito determinismo econômico. É a realidade histórica global que visa. Esta coloca inclusive as questões que devem ser pensadas, mas é o agente que a vive que também a pensa. Pensa-a simultaneamente como produto e produtor. Ao dizer que o homem "interpreta" a realidade Marx evita a teoria do reflexo que deriva os processos mentais, mecanicamente, da realidade material exterior, roubando assim a possibilidade de ação consciente; dizendo que o homem faz a sua história evita o determinismo estreito e unilateral: o homem pode produzir conscientemente o seu próprio mundo. Assim, o materialismo histórico não é uma teoria fatalista. Afirma apenas que as condições gerais de existência tem a primazia e em torno delas é que se resolvem as questões humanas, que se faz a história. A produção da história dá-se por excelência ao nível político; essa a razão de privilegiarmos esse nível na nossa exposição.

É necessário reconhecer, entretanto, que tanto esse privilégio quanto uma determinação econômica mais estreita aparecem nos textos de Marx e Engels. No final de sua vida este dizia em carta que era necessário ter enfatizado o econômico porque ninguém o fizera, e o exagero foi necessário. Marx por sua vez respondendo críticas a ele endereçadas a propósito do

materialismo histórico que expôs na "Contribuição a Crítica da Economia Política" diz, replicando a afirmação de que houve outros determinismos na Antiguidade e Idade Média: "O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhava o papel principal, a política, e, na outra, o catolicismo". Esse texto, privilegiado por Poulantzas, por ex., é que lhe permite fazer a distinção entre o determinante em última instância e dominante. O econômico seria sempre determinante; inclusive quando dominasse outra instância, essa dominância viria sempre pela determinação do econômico. Por outro lado não podemos nos esquecer de empenho pessoal de Marx na luta política (a biografia talvez seja uma forma de teoria). É nessa instância que os motores propulsores da história, as classes segundo Marx, conseguem sua mais alta realização. Nos "Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores" (1871) escreve: "tendo em vista que os senhores da terra e do capital sempre utilizam seus privilégios para defender e perpetuar seu monopólio econômico e para escravizar o trabalho, a conquista do poder político torna-se a tarefa primordial do proletariado" (7). No "Adresse de L'Association internationale des travailleurs" observa, sobre a declaração de Lord Palmerston de que "la chambre des communes est une chambre de propriétaires fonciers": "Dans ces conditions, le grand devoir de la Classe ouvrière, c'est de conquérir le pouvoir politique" (8). Ainda Engels nota que "toda verdadeira revolução é social, porque leva ao poder uma nova classe e permite a esta transformar a sociedade à sua imagem e semelhança" (9).

Uma leitura simples desses textos pode nos indicar que: 1) nas palavras de Engels, o econômico determina em última instância; 2) o político é instrumental, pois proporciona os meios para a manutenção do privilégio econômico e também para a sua ruptura; 3) o político é determinante porque o poder que proporciona permite aos que dele usufruem "transformar a sociedade à sua imagem e semelhança". A amplitude de possibilidades das "superestruturas" já foi notada quanto a ideologia em geral, e também tal como aparece no pensamento de Marx, pelo professor Mi

chel Debrun sobretudo em "A Concepção Ideológica da História" (10). A ideologia não seria apenas um reflexo, mas também um instrumento de certos interesses. Nos tentamos estender essa visão mais ampla para a análise da esfera política.

Na primeira hipótese, tomando-se o caso do mundo antigo, podemos dizer que, em Esparta por ex., o fato de os ilotas estarem tentando libertarem-se da escravidão reforçou a máquina político-militar dando a ela o papel dominante, isto é, a produção dos meios de subsistência dependia dos escravos que por rebelarem-se constantemente, levou à preeminência da esfera política. Há uma determinação econômica em última instância, mas uma vez surgida a dominância da esfera política, em função da econômica, não adquiriria esta autonomia, passando a ser não apenas a esfera dominante mas também a determinante? Não passaria o econômico a ser o suporte não mais necessário para a dominação? Isto é, não se tornaria a própria dominação política o sustentáculo (em última instância, tendo o direito, a força material, etc. como instâncias intermediárias) da apropriação econômica? Acreditamos que sim, pois aos ilotas (e seus semelhantes) de nada adiantaria tentar mexer diretamente no modo de produção, fundar cooperativas, etc. Apenas a participação política lhes possibilitaria fazer alterações de seu interesse.

A segunda hipótese é válida independentemente da aceitação da primeira ou terceira pois o poder é, de qualquer forma, instrumental na teoria de Marx e Engels. É o meio de que se serve a burguesia, de que se servirá o proletariado e que desaparecerá na sociedade futura dando lugar a "administração das coisas", expressão que Marx e Engels devem a St.-Simon.

A terceira hipótese supõe a impossibilidade de alteração (de determinação) fora da instância política: primeiro a classe sobe ao poder, depois transforma a sociedade à sua imagem e semelhança. Podemos dizer que os atores agem nessa esfera "determinados" pela sua posição no aparelho produtivo da sociedade (com todas as suas mediações). Mas a posição da política - de centro de unidade da sociedade, de poder "acima" dela, etc. - faz com que aqueles que a dominem disponham dos elementos necessários (e "legítimos") para a transformação da sociedade.

Eis porque Marx criticou aqueles que procuravam resolver os males da sociedade intervindo diretamente na esfera econômica, através de cooperativas de consumo, etc., pois ainda essas iniciativas (filantrópicas) estavam no quadro da sociedade existente e não no de sua negação. Não é sem razão que esses movimentos - heresias predominantemente econômicas - foram sempre mais toleradas do que os movimentos políticos - heresias que quebravam a unidade do sistema no próprio ponto onde ela devia ser conseguida.

O materialismo histórico não implica, pois, a rigor mais que uma determinação das condições gerais de vida. Nas palavras de Engels "... nossa concepção da história é antes de tudo, um guia para o estudo e não uma alavanca destinada a erguer construções à maneira hegeliana. É necessário estudar novamente toda a história, - e estudar, em suas minúcias, as condições das diversas formações sociais - antes de fazer derivar delas as idéias políticas, estéticas, filosóficas, religiosas, sôbre o direito privado, etc, que lhe correspondem". Acrescenta ainda Engels que "até hoje, tem-se feito muito pouco nesse terreno: pois tem sido muito reduzido o número de pessoas que se dedicaram a isso" (11). Retirar o primado da realidade social dos meios de vida e não da consciência não significa que esses meios de vida constituam o econômico e que a política faça parte da consciência, enquanto "superestrutura". Na medida em que a política configura-se como realidade fundamental da hierarquia de poder, portanto, de condução de vida (em termos nacionais) ela é também parte dos meios de vida e por isso determinante. Afirmamos que sempre que há política em uma sociedade ela tem a sua determinação específica. Caso contrário, estariamos jogando sempre com cartas marcadas, realizando tentativas inúteis de resolver as questões sociais através da política.

Essas proposições são uma leitura possível e também necessária para a prática política, se não quisermos fazer dela uma fatalidade em relação a economia. Pode-se ler a importância determinante da esfera política no próprio momento em que está sendo estudada e afirmada a determinação geral da economia, mas da economia enquanto meio geral da existência e não enquan-

to o exclusivamente econômico. A distinção entre determinante e dominante perde, para nós, a significação prática já que quando determinante e dominante não coincidem, o primeiro permanece uma abstração em relação ao segundo - o praticamente importante - e nesse devemos nos concentrar. Assim, ainda que concedêssemos que o especificamente econômico é determinante e o político dominante (pois Marx preferia ver as situações concretas) é deste e não daquele que veremos sair a solução desejada para os agentes. O determinante em última instância é abstrato, o dominante - "em primeira instância" - concreto e mais facilmente identificável tanto para a análise como para a ação.

Na exposição que Marx faz da origem do sistema capitalista salta aos nossos olhos o papel desempenhado pela violência. Em dados momentos esse papel parece ter prioridade sobre a economia. A análise de Marx não deixa de ter valor no esclarecimento da história do surgimento do sistema capitalista. O erro de Marx foi fazer da violência o aspecto central da transformação das sociedades. Embora a sua análise revele aspectos interessantes não se pode hoje endossá-la, quer no nível nacional quer no internacional.

No que se refere ao conflito de classes como motor da história, ponto central da sua teoria, podemos notar que pensadores representativos da direita e do liberalismo, como Pareto, Aron, Parsons (12), entre outros, reconhecem sua existência. Os interesses de cada grupo nas sociedades são distintos, e sempre procuram satisfazê-los. O "progresso" tanto para Marx, como para diversos de seus adversários, vem exatamente desse fato.

O que queremos observar a respeito desse aspecto da teoria de Marx é que o reconhecimento de fatos dessa natureza não nos deve levar a apoteose da violência, sobretudo hoje. Ao tempo de Marx e mesmo até a primeira Grande Guerra os conflitos armados, tanto nacionais como internacionais sempre foram limitados por causa do desenvolvimento precário da tecnologia de destruição. Depois da Segunda Guerra Mundial não mais é possível imaginar (sem uma catástrofe geral) um conflito armado entre as grandes potências e os conflitos entre as potências menores (a menos que assumam a forma da guerrilha e se consti-

tua em guerra de libertação nacional que una todo um povo, como é o caso de pequenos países da Ásia ou África) tem tido sua duração cada vez mais reduzida. Exemplo disso são os últimos conflitos do Oriente Médio cuja duração foi de dias ou semanas. A causa dessa mutação de natureza dos conflitos está no desenvolvimento brutal da tecnologia de guerra, cuja capacidade de destruição atingiu proporções jamais imaginadas, reduzindo o tempo de solução dos conflitos abertos de anos para dias ou semanas. Um conflito atômico seria ainda mais rápido.

No plano nacional a situação não é diferente. As nações mais desenvolvidas e que, segundo Marx, estariam mais maduras para a solução dos conflitos de classes, não podem sequer imaginá-lo: a destruição seria tamanha que não haveria vitóriosos, mas só derrotados. Mesmo os partidos radicais (como ocorreu na França em 1968) desses países reconhecem a inviabilidade de conflito armado entre as classes e engajam-se na luta parlamentar para obter uma maioria pacífica e realizar, através dela os interesses dos grupos que representam.

A proposição para a transformação da sociedade capitalista de Marx é decorrência da análise que fez da violência nesse sistema. Sendo o motor da história a inevitável luta de classes, a sociedade teria uma natureza fundamentalmente violenta. Isso é contestado por Parsons por ex., que vê os conflitos de classes em bases diferentes quando diz que "el conflicto no tiene la misma especie de inevitabilidad, sino que lo hace remontar a las interrelaciones de una serie de factores mas particulares cuja combinación puede variar. La determinación del grado de gravedad del conflicto se convierte en un problema de investigación empírica"(13). Não é, desta forma, inevitável. Baseando-se no conflito inevitável, Marx propunha uma "ditadura do proletariado" que seria uma utilização específica que o proletariado faria do poder do Estado (14). Este, como vimos, tem na teoria de Marx aspecto mais importante do que aquele que se lhe tem atribuído. Se levarmos em conta o que dissemos acima, parece-nos visivelmente aduada uma tal teoria, já que essa ditadura só existiria por meios violentos e é impossível imaginá-la por exemplo na França, Inglaterra, etc., onde não só a civilização

está suficientemente avançada para permitir esse tipo de aventura, como também as perdas materiais decorrentes não seriam compensadoras. Em consequência disso é que vemos aqueles que ainda esposam tal teoria descambarem para o terrorismo, solução suicida e de má repercussão entre os povos civilizados, já que nem mesmo os partidos trabalhistas de mais tradição a aceitam (veja-se por exemplo as declarações de H. Wilson, do Partido Trabalhista da Inglaterra, final de janeiro de 1974).

No que se refere à teoria do Estado, tomando sobretudo o texto de Engels que utilizamos anteriormente, fica clara a ligação da teoria de Marx e Engels com uma Filosofia da História. Há originalmente uma sociedade igualitária, a gen, que dá lugar a diversas sociedades de classes, sendo a última capitalista, que por sua vez cederia lugar a sociedade socialista, um reencontro com as origens igualitárias em nível mais elevado, já que com novos instrumentos de produção o homem não mais estaria preso a necessidade e escassez. Poucas pessoas defendem essa filosofia hoje. O mundo moderno, com o advento das sociedades industriais tem demonstrado, através da inevitabilidade da diferenciação de funções e hierarquia no trabalho, a dificuldade de se imaginar tal sociedade (15). É verdade que com a automação presenciamos uma redução das horas de trabalho e que podemos esperar ainda melhorias para o futuro. Mas dificilmente, em função da complexa estrutura das sociedades industriais, poderemos ver a realização dessa Filosofia da História. O próprio trabalho, cuja redução ou ausência, possibilitaria ao homem pescar, caçar, fazer crítica literária segundo sua vontade não pode ser eliminado. Como diz Sombart, autor de que ainda nos ocuparemos em nossos próximos trabalhos, quanto mais complicada a maquinaria criada pelo homem mais terá ele que esforçar-se para dominá-la (16). Assim a preocupação com a realização da filosofia é no fundo deletéria já que desloca a atenção do homem do realizável para um paraíso que se resume em castelos de areia se o homem não tiver a preocupação de assimilar e dominar as máquinas que atualmente o dirigem.

A própria teoria do Estado de Marx e Engels recebeu di-



versas críticas. Como vimos, Engels faz aparecer o Estado como produto da divisão da sociedade em classes irreconciliavelmente antagônicas. Para que essas não se consumam o Estado aparece como poder aparentemente acima da sociedade. Assim sendo, o Estado nasceria quando nenhuma das classes fosse capaz de obter vitória decisiva. "Nesse caso, de duas uma: ou o Estado estabelece essa relação de equilíbrio e então será uma força situada acima das classes (...); ou bem será o resultado da vitória de uma das classes. Nesse caso entretanto a necessidade do Estado para a sociedade desaparece pois, com a vitória decisiva de uma classe, o equilíbrio é novamente restabelecido e a sociedade salva" (17). Além dessas questões decisivas, devemos notar ainda que o conceito de Estado sofre uma hipertrofia na teoria de Marx e Engels, possuindo uma espécie de essência genérica desde a origem até o mundo moderno. Heller criticou com veemência tais tipos de projeções indicando que o conceito de "Estado medieval" por ex., é bastante duvidoso. Notou ainda a propósito de definições extensivas que "com tão ilimitada extensão, o conceito histórico do Estado se desnaturaliza por completo e se torna de impossível utilização" (18). Isso é bastante significativo pois a teoria geral formulada por Engels de que o Estado surge com a divisão da sociedade em classes é incompatível com as origens diversas do Estado Germânico e Romano expostas pelo próprio Engels, como mostramos na parte II.

Essas críticas não desmerecem, entretanto, a proposição geral de Marx e Engels - que tentamos realçar mais do que outros comentadores tem feito - de que é na esfera do Estado que se dão as mais importantes decisões para os diferentes grupos de interesses existente na sociedade.

Falamos acima da impossibilidade de se generalizar o conceito de Estado para amplas épocas históricas. Isso acontece porque nem a vida social no seu conjunto nem as regras jurídicas são as mesmas sempre. Ora, o Estado sempre esteve relacionado a regras jurídicas, constituições, etc. DO código de Hamurabi e quejandos até nossos dias as sociedades civilizadas sempre tiveram um código normativo, escrito ou não, de orientação. Mostramos que Marx não desprezava essas relações jurídicas como muitas vezes se pensa e

que procurou, ao contrário de grande número de autores precedentes, ver sua relação com as sociedades históricas e não considerá-las normas a priori, originárias da cabeça de filósofos desvinculados da vida social. Sua abordagem é, portanto, científica na medida em que, baseando-se sobre fatos concretos e análises de sociedade existentes, mostra a vinculação entre aspectos diferentes da vida social. Mas aqui ainda é interessante separar suas observações a propósito das relações da sociedade com o direito de suas proposições de caráter político-utópico. Essas resumem-se na proposição geral sobre a vida social: "de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades". Essa proposição serve não apenas de princípio crítico, mas também de postulado a ser vivido numa ordem social futura. Essa fórmula pode ser dividida em duas partes conforme observa o jurista e sociólogo austríaco Hans Kelsen (19), a primeira indicando o dever do indivíduo, a segunda seu direito. A primeira corresponde a exigência já encontrada em Platão, de que cada indivíduo deve produzir conforme sua natureza, o que corresponde às suas capacidades. Tal postulado não pode, entretanto, ser respondido de acordo com seus próprios critérios. "Não se pode por em dúvida que esta questão tem de ser decidida pelos órgãos da comunidade a tal chamados, e apenas por eles, segundo normas gerais do ordenamento da mesma comunidade. ... ele não é aplicável sem um tal ordenamento dado como preexistente.

Mas então surge a questão de saber o que há de acontecer, como há-de o ordenamento reagir, quando um indivíduo, por quaisquer razões, não produzir o que, segundo as suas capacidades, de conformidade com o mesmo ordenamento deva produzir. Essa questão é tanto mais importante quanto é certo que uma ordem social só pode evidentemente assegurar a satisfação da segunda exigência: a cada um segundo suas necessidades - quando a primeira exigência (...) for satisfeita. Marx não dá a esta questão qualquer resposta, sim, nem mesmo põe esta questão, pois parte do utópico pressuposto de que, quando na sociedade comunista as necessidades de cada um forem satisfeitas e cada um apenas tenha de produzir conforme as suas capacidades, esta ordem social não corre perigo de ser violada, pois que cada um produzirá voluntariamente aquilo que a ordem social o obriga; ou seja, parte do

pressuposto de que esta ordem social não precisa de estatuir quaisquer atos de coerção como sanções, e portanto, constitui uma comunidade sem Estado e sem direito" (20). O que acontecerá ao indivíduo que violar a ordem social? Serão satisfeitas as suas necessidades? Se se quiser manter a coerência do princípio a resposta será afirmativa pois o princípio "contrapõe-se conscientemente ao princípio da redistribuição".

Quanto ao segundo postulado - a cada um segundo suas necessidades - a primeira questão com a qual nos defrontamos é de saber se adotamos um critério objetivo ou subjetivo, isto é, se se vai entender aquilo que cada indivíduo entende como necessidade ou aquilo que a comunidade entende. Se a profecia de Marx for entendida "como promessa de felicidade completa de todos os membros" o postulado deve ser entendido em sentido subjetivo. Assim sendo, diz Kelsen, estamos diante de uma ilusão tão utópica como aquela segundo a qual, nesta sociedade, todos cumprirão voluntariamente os seus deveres. As necessidades que os homens subjetivamente sentem estão de tal forma em conflito umas com as outras que nenhuma ordem social pode satisfazê-las todas, isto é, satisfazê-las de outra forma que não seja contendo uma a expensas da de um outro, mas também uma necessidade de um indivíduo a vista de uma outra necessidade de um outro indivíduo" (21). Se é assim, o princípio de justiça acima referido só pode ser realizado sob a égide de um ordenamento bastante rigoroso em termos de direitos e deveres. Conclue Kelsen que o ideal expresso nos postulados acima é principalmente, "o ideal da segurança econômica de todos os membros da comunidade, o qual apenas pode ser realizado através da economia planejada..." Esse ideal também "pressupõe, como a norma de justiça que manda dar "a cada um o seu", uma ordem social sem a qual não pode ser aplicada. Todavia sobre o conteúdo de suas determinações, sem as quais nem o postulado "(de) cada um segundo as suas capacidades" nem o postulado "a cada um segundo suas necessidades" podem obter satisfação, este princípio de justiça diz-nos tanto como a fórmula "a cada um o seu" nos diz sobre o que deve ser havido como o "seu" de cada um - nada nos diz" (22).

O princípio, criticado por Kelsen, do qual Marx retira sua filosofia da sociedade futura, um velho refrão socialista

francês, é revelador das aspirações de amplas camadas sociais da época da revolução industrial, que viviam em condições de vida difíceis e que esperavam melhorá-las. Marx, que como vimos sempre representou as massas trabalhadoras, incorpora esse princípio em sua concepção do desenvolvimento histórico, tendo inclusive, ao estudar sua situação, indicado que sua miséria seria crescente. Esse fato que, se verificado, confirmaria suas proposições práticas, não se verificou. Os trabalhadores dos países mais desenvolvidos, ao contrário da previsão tiveram incrementadas suas condições de vida. Esse ponto é, inclusive, o mais visado pelos críticos de Marx.

Essa tese da miséria crescente do proletariado, é o apoio central da teoria da revolução, que aboliria o Estado. Pouco acima, quando comentamos a filosofia da história, indicamos as dificuldades colocadas pela própria natureza das sociedades industriais para a realização de uma sociedade igualitária: sua complexidade funcional é maior do que a de qualquer outra sociedade até hoje existente. Esse fato leva a conclusão semelhante no que tange a abolição do Estado. Numa sociedade dessa natureza, ainda que a "política" acabasse, as funções administrativas não poderiam ter fim, a fortiori numa sociedade industrial planificada. Assim, como nota R. Aron "Le dépérissement de l'État ne peut donc avoir qu'un sens symbolique. Ce qui dépérit, c'est le caractère de classe de l'État... On peut, en effet penser qu'à partir du moment où il n'y a plus rivalité de classes, ces fonctions administratives et directoriales, au lieu d'exprimer l'intention égoïste d'un groupe particulier, sont l'expression de la société tout entière" (23).

Desta forma ainda que seja possível conceber uma sociedade sem antagonismo, não é possível concebê-la sem autoridades e organismos diretores.

Voltamos assim às colocações que fizemos na introdução quanto a possibilidade de sociedades sem governados e governantes, sem Estado, que dissemos ainda não existir apesar das tentativas e parece-nos que sobre esse ponto vivemos em torno do paradoxo de Pascal, segundo o qual "é necessário que haja desigualdade entre os homens... Mas, admitindo-o, eis a porta aberta, não somente à mais alta dominação, mas à mais alta tirania" (24).

Finalizando enumeramos resumidamente as aquisições mais importantes para as Ciências Sociais advindas com o pensamento de Marx:

1. A colocação em evidência da ligação da consciência com a vida material, isto é, a demonstração de que as idéias filosóficas, religiosas, morais, etc., não nos vem à mente autonomamente mas são o resultado de nossa vida material e intergrupal ou interpessoal. Isso está definitivamente estabelecido nas Ciências Humanas.

2. A unidade entre teoria e prática, já que demonstrou que todo problema é um problema prático, que ao pensar visamos realidades concretas, que só é possível pensar problemas já colocados pela vida social ou deles decorrentes e que todo pensamento está, por assim dizer imbricado na realidade, movendo-se a partir de seu interior e a ela retornando (25).

3. O universo histórico do homem desenvolve-se de forma dialética. Não apenas seu espírito como pretendia Hegel (fazendo-o criador do mundo), mas a realidade histórica concreta é dialética, isto é, desenvolve-se por oposições sucessivas encontrando saídas sempre em formas novas de existência. Cada formação social liberta forças que descortinarão horizontes sempre novos e abertos à criatividade humana.

4. A história passa a ter um estatuto científico já que deixa de ser história das idéias e passa a ser história da sociedade, das forças que se movem em seu interior. Os "grandes homens" têm a sua significação não como demiurgos, mas como representantes de tendências legítimas nascidas na própria sociedade.

5. O Estado, que era visto anteriormente como entidade autônoma, criadora da sociedade, é visto por Marx como realidade que não está acima da sociedade da qual faz parte. É parte a ela organicamente relacionada, tendo sua significação determinada segundo a realidade histórica na qual se insere e não a priori (em Marx essa proposição vem relacionada a teses mais discutíveis como a da abolição do Estado, etc).

6. A análise sistemática que Marx faz dos autores que

estuda, relacionando-os com o meio em que vivem, deu origem à Sociologia do Conhecimento, disciplina que veio esclarecer de forma luminosa não apenas as "histórias das idéias", mas também dar nova luz às próprias análises concretas já que dá ao investigador social a consciência de que ele também é parte do mundo investigado interagindo, de alguma forma, com os valores e aspirações de sua época.

7. A análise da alienação como um processo histórico. Marx procurou através da sua obra dar ao homem os meios de apropriar-se de seus destinos. Assim a alienação que anteriormente era vista através de uma essência genérica do homem passa a ser vista em termos mais concretos. Procura saber quais as condições históricas que a tornam possível e como é possível a sua anulação.

Se nosso trabalho comportasse maior amplitude falaríamos do que pensamos denominar alienação concreta ou física: o homem separa-se de seu próprio corpo que passa a viver sob a égide da máquina. Esta dirige o ritmo de trabalho, não o homem. Este torna-se um apêndice da máquina. Esse aspecto assume tanta importância quanto estarrecedoras são as proporções em que as demais esferas da vida humana são invadidas pela mecanização e rotina, inclusive a esfera que seria a de recomposição da totalidade: o lazer. Esta forma de alienação que aparece em toda a obra do autor é a condição material de toda e qualquer forma de alienação: filosófica, religiosa, etc. Desaparecerá quando o trabalho deixar de ser realizado com finalidades outras que não as verdadeiras necessidades do homem, realizando-se apenas na medida dessas últimas.

Nosso trabalho teve que cingir-se ao exposto pelas limitações de espaço. Em pesquisa futura, mais alençada, e que englobará outros autores, pretendemos tratar mais demoradamente aspectos importantes, que foram tratados resumidamente aqui, como por exemplo os aspectos metodológicos. O tratamento que daremos no futuro a Max Weber e Werner Sombart, cujas obras foram concebidas como indicam Gerth e Mills - sobre Weber (25) - como

críticas e complementares a do autor estudado agora, é que vai proporcionar toda significação que pretendemos dar a esse primeiro ensaio. Esse tratamento, que tem sido ensaiado por alguns autores mas não realizado, será nossa preocupação futura. Da desmistificação da obra de Marx e igualmente da de Sombart e Weber, sobretudo deste último, advirá, estamos seguros, ótimos resultados para a teoria social.

UNICAMP, Março-Maio de 1973

Janeiro-Fevereiro de 1974

## NOTAS

- 1) F.H.Cardoso, O Modelo Político Brasileiro, S.P., 1972, Difel, pg. 104.
- 2) Economia, Paz e Humor, Rio, 1972, Artenova, pg. 84, 223.
- 3) A possibilidade do homem fazer a história conscientemente, sem intervenção de forças cegas.
- 4) O Capital, I, pg. 16.
- 5) Idem, pg. 4 e 425.
- 6) Questão de Método, S.P., 1967, difel, pg. 32, n..
- 7) Em Obras Escolhidas, I, pg. 324.
- 8) Roger Dangeville (org.) Karl Marx, Friedrich Engels, Le Syndicalisme, I, Paris, 1972, Maspero, pg. 97.
- 9) "Acerca das relações sociais na Rússia" em Obras Escolhidas, 2, pg. 242.
- 10) Michel Debrun, "A Concepção Ideológica da História" em Revista Brasiliense, nº 46, pg. 85 e 98 n. 23; veja também O Fato Político, Rio, 1962, F.G.V., pg. 63, onde a ideologia é vista como uma das possibilidades da ação.
- 11) Engels a Schmidt, 5/8/1890, em Obras Escolhidas, 3, pg. 283.
- 12) Pareto, Les Systemes Socialistes, Paris, 1965, Droz, cap. XVI; Aron, Novos Temas de Sociologia Contemporânea, Lisboa, 1964, Presença, pg. 108 e segts.; e, Parsons, Ensayos de Teoria Sociológica, B.A., 1967, Paidós, pg. 278 e segts.
- 13) Parsons prossegue dizendo que "la utópica sociedade sin clases de Marx puede cuestinar-se mui seriamente. Hay un sentido en el qual la perspectiva marxista de la inevitabilidade del conflicto de clases constituye el reverso del factor utópico del pensamiento marxista" Op. Cit.- pg. 279.
- 14) Marx não chegou a ter muita fé na democracia representativa. Engels que viveu até 1895 pensou na sua viabilidade, admitindo em prefácio a O Capital a possibilidade de transformação pacífica.
- 15) Veja as análises do Prof. Raymond Aron.
- 16) Werner Sombart, "Capitalism" em Encyclopedia of The Social Sciences.
- 17) E.B.Pasukanis, La Théorie Générale du Droit et le Marxisme, Paris, 1970, EDI, pg. 128.
- 18) Heller, Teoria do Estado, S.P., 1968, Mestre Jou, pg. 158.
- 19) Veja Hans Kelsen, A Justiça e o Direito Natural, Coimbra, 1963, Arménio Amado, Editor, onde se encontra uma apreciação crítica dos princípios de justiça de Marx.
- 20) Op. Cit. pg. 54-5.
- 21) Idem, pg. 56.



- 22) Idem, pg. 57. Certos marxistas modernos talvez respondessem que essa crítica não leva em conta a perspectiva histórica. Que toma o homem de hoje e coloca-o na sociedade futura. Não consegue ver que o novo princípio jurídico é para uma nova sociedade. Julga que o homem futuro, livre das necessidades do presente, agirá como se estivesse em nossa própria sociedade e não na vindoura. Esses marxistas (Lukacs, Marcuse, Adler, Deutscher) acreditam que o novo homem teria novas necessidades, que estaria livre das perturbações de uma sociedade dividida. Se hoje o homem é no geral mesquinho, egoísta, etc., essa não teria que ser uma verdade eterna a seu respeito: o meio tem a sua parte de responsabilidade nisso. O novo homem, que também constrói a nova sociedade, seria portador das necessidades de um novo mundo.
- 23) Aron, Les Étapes de la Pensée Sociologique, Paris, 1969, Gallimard, pg. 198.
- 24) Pensamentos, S.P., 1961, Difel, pg. 144.
- 25) Aron, por exemplo, afirma que "A consciência da realidade faz parte da própria realidade" em Democracia e Totalitarismo, Lisboa, 1966, Presença, pg. 23.
- 26) Veja a introdução a Max Weber, Ensaio de Sociologia, Rio, s/d, Zahar, pg. 64.

## ÍNDICE

Prefácio .....	I
I .....	1
II .....	18
III .....	61